

Av. António Augusto Aguiar,
n.º 130, 6.º andar
1050-020 Lisboa
Tel.: 21 351 37 50
Fax: 21 351 37 57
Swift BAIPPTPLXXX
www.bancoaieuropa.com

Banco BAI Europa, S.A.

Relatório e Contas

2013



Banco BAI Europa, SA, sociedade anónima com sede na Av. António Augusto Aguiar, n.º130, 8.º andar, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 505 274 922. Capital Social EUR 40.000.000,00.

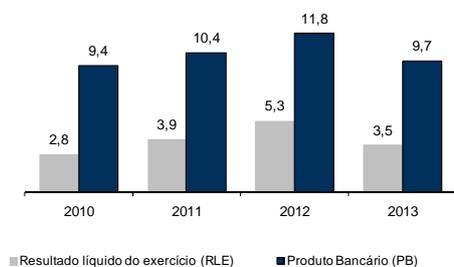
Índice

Relatório de Gestão	2
Principais indicadores de referência	3
Apreciação Geral	4
Perspectivas Futuras	8
Agradecimentos	9
Enquadramento Macroeconómico 2013	10
Enquadramento da actividade do Banco BAI Europa	22
Sistema de Gestão de Riscos	27
Análise Financeira	35
Proposta de Aplicação de Resultados	38
Demonstrações Financeiras	39
Notas às Demonstrações Financeiras	45
Relatórios e Pareceres dos Auditores (ROC) e do Conselho Fiscal	100

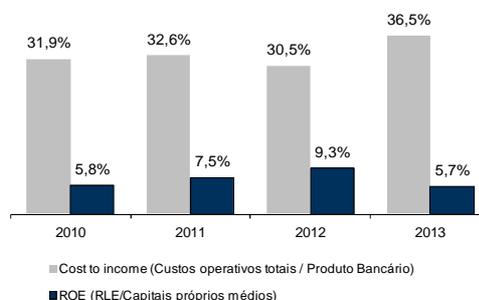
Banco BAI Europa, S.A.
Relatório de Gestão
2013

Principais indicadores de referência

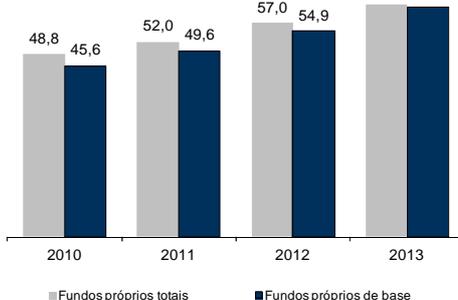
Resultados
(milhões de euros)



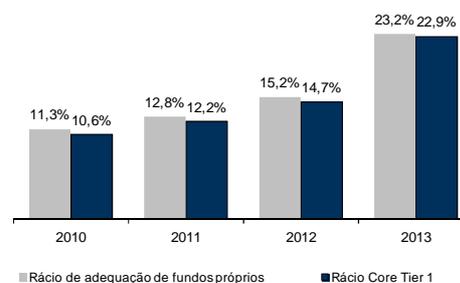
Eficiência e Rendibilidade



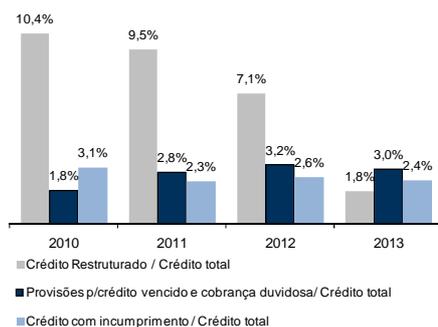
Fundos Próprios
(milhões de euros)



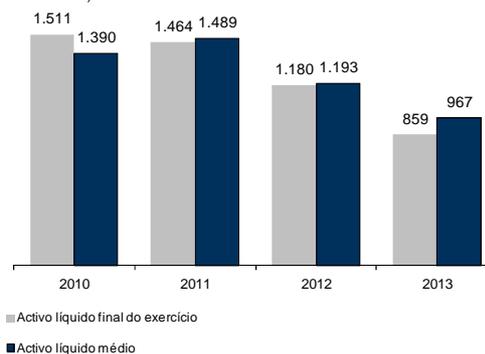
Solvabilidade



Qualidade do Crédito



Activos Totais
(milhões de euros)



Nota 1: Os indicadores de eficiência, solvabilidade e qualidade de crédito apresentados seguem a metodologia indicada pelo Banco de Portugal na Instrução n.º 16/2004, de 16 de Agosto e na Instrução 33/2013 de 15 de Janeiro.

Nota 2: Os resultados do exercício de 2012 apresentados foram reexpressos, tendo sofrido um aumento líquido de impostos face aos valores publicados no Relatório e Contas de 2012 no montante de EUR 739 mil (ver Notas às Demonstrações financeiras 2.1 e 2.13)

Apreciação Geral

Segundo as mais recentes estimativas, a actividade económica em Portugal terá registado em 2013 uma nova contracção, traduzida numa diminuição do PIB de 1,4%, embora bastante inferior à inicialmente prevista que apontava para uma diminuição do PIB de 2,3%.

Mais significativo é o facto de, como mais adiante se detalha (no Enquadramento Macroeconómico), a economia ter apresentado sinais de retoma a partir do 2º trimestre do ano, reflectidos em variações trimestrais do PIB sucessivamente positivas, tendo mesmo no último trimestre do ano sido registada uma variação positiva em termos homólogos, de 1,7%, a primeira variação homóloga positiva do PIB desde o 4º trimestre de 2010.

A nota mais saliente do desempenho da economia é, certamente, a total inversão verificada no comportamento das contas com o exterior, tendo sido já verificados superávits expressivos no saldo conjunto das Balanças Corrente e de Capital (2,6% do PIB) e das Balanças de Bens e de Serviços (1,7% do PIB), pondo termo a um período de mais de 15 anos em que foram sucessivamente acumulados défices por vezes muito expressivos, contribuindo para o elevado nível de endividamento externo que constitui uma importante fragilidade estrutural do País.

No tocante ao Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) as sucessivas avaliações foram realizadas com resultados positivos, encontrando-se em curso nesta altura a 11ª e penúltima avaliação, que antecede a fase de conclusão do PAEF prevista para 19 de Maio próximo. Note-se, em particular, o cumprimento, em 2013, do objectivo estabelecido para o défice orçamental (de 5,5% do PIB), cumprimento que foi observado até com uma folga apreciável já que o défice terá ficado por 4,6% do PIB.

As perspectivas da actividade económica para 2014 afiguram-se mais favoráveis, antecipando-se nesta altura uma variação do PIB de +1,2%, beneficiando de uma clara recuperação da procura interna (consumo e investimento) e da manutenção de um bom ritmo de crescimento das exportações de bens e de serviços.

Relativamente à economia de Angola, cumpre realçar em primeiro lugar o facto de a actividade ter mantido em 2013 um ritmo de crescimento apreciável, embora em ligeira desaceleração em relação ao ritmo observado em 2012, com uma variação do PIB que não terá atingido 5%, graças ao forte desempenho de alguns sectores não petrolíferos como mais adiante se detalha (também no Enquadramento Macroeconómico).

Em segundo lugar, destaca-se a consolidação do processo de estabilização económica iniciado em 2010 na sequência do acordo de *Stand-By* celebrado com o FMI no final de 2009, com relevo para uma nova descida da taxa média anual de inflação para 7,69%, um novo mínimo histórico.

Para este resultado contribuíram políticas orçamental, monetária e cambial bastante prudentes, com o registo de três anos sucessivos de superávits orçamentais (2010-2012), seguidos de um deficit de 1,5% do PIB em 2013 (mas que ficou bastante aquém da projecção inicial que apontava para um défice de 3,6% do PIB), bem como de uma grande estabilidade da taxa de câmbio USD/AKZ, a qual vem observando uma tendência de ajustamento deslizante compatível com o reforço da posição das reservas oficiais em divisas internacionais.

As perspectivas para a economia de Angola em 2014 apresentam-se favoráveis, sendo de esperar uma variação do PIB superior à de 2013, continuando a beneficiar é certo de cotações bastante favoráveis do barril de petróleo, mas devendo manter um caminho de diversificação da actividade económica desejável, traduzido numa crescente contribuição para o PIB por parte dos sectores não petrolíferos.

Registe-se o facto de em 2013 as transacções comerciais entre Portugal e Angola terem aumentado de forma expressiva, desta vez com um aumento bastante forte das importações portuguesas de Angola, em quase 50%, ao mesmo tempo que as exportações de produtos portugueses para Angola cresceram um pouco mais de 4% (mantendo-se Angola como 4º principal mercado, a seguir à Espanha, Alemanha e França). Quanto às exportações de serviços de Portugal para Angola, cresceram em termos líquidos 4,8%, sendo Angola o 3º mercado de destino deste tipo de comércio, a seguir ao Reino Unido e à França.

Neste contexto de continuada divergência entre a evolução das duas economias de referência para o BAI Europa - embora um pouco mais atenuada do que nos últimos anos - e de crescente intercâmbio comercial (bem como de movimentos de capital associados a investimentos nos dois países), o Banco manteve a estratégia de negócio de anos anteriores, centrando a sua actividade no apoio ao comércio bilateral de bens e de serviços, dando especial atenção à prestação de apoio a empresas portuguesas que, em número crescente, vão dedicando uma parte da sua actividade ao mercado de Angola.

Neste particular, o BAI Europa conta nesta altura na sua carteira de clientes com um grupo já significativo de empresas de renome no mercado português que elegeram Angola como uma das prioridades da sua estratégia de diversificação de mercados.

O Banco manteve sem alteração os elevados padrões de rigor na gestão dos riscos do negócio, em particular do risco de crédito, sem prejuízo de procurar aproveitar todas as oportunidades que, dentro dos perfis de risco aceitáveis, se vão deparando especialmente no quadro das relações económicas entre os dois países.

Em matéria de gestão dos riscos e com o objectivo de tornar essa gestão mais participada, foram mesmo adoptadas algumas alterações orgânicas, com relevo para a criação da função de “Risk Officer” e para a instituição de dois Comités, um Comité de Acompanhamento e Gestão dos Riscos (CAGR) e um Comité de Crédito, o primeiro incumbido de acompanhar e supervisionar a gestão de todos os riscos da actividade, financeiros e não financeiros, o segundo dispondo de competências próprias, para decisão sobre propostas de crédito a clientes ou de aplicações financeiras (incluindo aplicações interbancárias).

No tocante à gestão da liquidez, continuaram a ser observadas regras muito estritas de cumprimento dos requisitos de cobertura das posições derivadas da captação de fundos no mercado angolano e que representam uma parcela bastante expressiva do balanço do Banco, privilegiando-se as aplicações no mercado interbancário, com contrapartes cuidadosamente seleccionadas e respeitando limites de exposição devidamente fundamentados.

No final de 2013 a carteira de crédito a clientes líquida representava 13,7% do total do Activo, um aumento em relação ao que se verificava no final de 2012 (9,6%), aumento que se explica sobretudo em função da diminuição do total do Activo (que caiu 27%) pois o aumento do saldo da carteira de crédito a clientes foi apenas de 4,3%.

O saldo do crédito a clientes continua a ser integralmente financiado por depósitos de clientes e por fundos próprios.

Os capitais próprios do Banco, atingiram EUR 62.105.381 no final de 2013, um aumento de 6,1% em relação ao nível do final de 2012, situando-se os rácios de solvabilidade e “Core Tier 1” em 23,2% e em 22,9%, respectivamente, bastante acima dos níveis observados no final de 2012 (15,2% e 14,7%, respectivamente).

A actividade do Banco em 2013 permitiu gerar um resultado antes de impostos de EUR 5.525.448 (menos 22% que em 2012), enquanto o resultado depois de impostos se cifrou em EUR 3.526.113 (menos 31,5% que os resultados reexpressos de 2012), apurando-se uma taxa efectiva de imposto sobre os lucros de 36,2%, a qual não considera a contribuição extraordinária sobre o sector bancário a que os bancos continuam sujeitos desde 2011.

A evolução dos resultados explica-se em função dos seguintes factores:

- Margem financeira de EUR 7.481.219, registando uma diminuição de 9,8% que foi consequência exclusivamente da diminuição do volume médio de activos (-20,5%) associada ao processo de desalavancagem do balanço que se iniciou em 2012, não tendo havido diminuição da margem entre as taxas de remuneração dos activos e dos passivos;
- Aumento das provisões e imparidades, de EUR 107.671 em 2012 para EUR 659.405, decorrente da contabilização de provisões para risco-país;
- Diminuição das comissões líquidas recebidas, de EUR 1.606.139 em 2012 para EUR 1.286.361 (-19,9%) consequência do menor volume das transacções com confirmação de créditos documentários;
- Redução dos proveitos com operações financeiras, de EUR 2.823.786 em 2012 para EUR 1.967.459 (-30,3%) associada ao reconhecimento de ganhos efectivos significativos em 2012 com o investimento num fundo gerido pela Carlyle;
- Ligeira diminuição dos custos de funcionamento, que passaram de EUR 3.582.161 em 2012 para EUR 3.559.392 (-0,7%), sendo de destacar uma diminuição em cerca de 2% nos custos com pessoal.

Acrescente-se que os resultados do Banco continuaram a ser negativamente afectados pela incidência da contribuição extraordinária sobre o Sector Bancário, que em 2013 importou para o BAI Europa um custo de EUR 562 mil, inferior em EUR 150 mil ao montante colectado em 2012; esta diferença foi todavia mais do que compensada pela introdução das contribuições para o Fundo de Resolução criado em 2012 e que em 2013 ascenderam a EUR 189 mil, sendo este montante composto de EUR 54 mil de contribuição inicial e EUR 135 mil de contribuição periódica.

Perspectivas Futuras

Para 2014 deverá verificar-se uma atenuação da divergência entre os cenários económicos em Angola e em Portugal, que caracterizou os últimos anos: a actividade económica em Portugal deverá deixar de contrair, após ter em 2013 terminado um período recessivo de cerca de três anos sucessivos, retomando um andamento ascendente, enquanto que em Angola se deverá manter um ritmo expressivo de crescimento económico, porventura acelerando em relação ao verificado em 2013.

Apesar desta alteração, no caso português associada também a uma progressiva melhoria das condições de financiamento da economia, a gestão dos riscos de crédito em Portugal deverá continuar a merecer especial atenção uma vez que as dificuldades ao nível micro económico, em processos de ajustamento bastante difíceis como aquele que caracterizou a economia portuguesa durante a aplicação do PAEF, se prolongam habitualmente bastante para além do início da retoma.

Neste contexto de mudança ainda condicionada da actividade económica em Portugal, será recomendável que o BAI Europa prossiga a estratégia de gestão cautelosa do risco de crédito que explica o baixo nível do crédito em incumprimento, em termos relativos, continuando focado no apoio às transacções entre empresas residentes em Portugal com clientes residentes em Angola, dos sectores público e privado, sem descurar outras oportunidades de negócio que se vão deparando e que satisfaçam os padrões de risco que o Banco pretende continuar a observar.

O Banco enfrenta ainda o desafio da continuação do processo de desalavancagem do balanço, que em 2014 deverá sofrer mais um expressivo ajustamento (depois das reduções já verificadas em 2012 e 2013), por força da necessidade de observar limites mais estritos para a exposição a instituições de crédito, decorrentes de normativos do Banco de Portugal, processo que terá implicações adversas em especial no que se refere à margem financeira.

Um desafio adicional consistirá na sujeição, a partir do final de 2014, a novas e mais exigentes regras de liquidez ("Liquidity Coverage Ratio"), que vão implicar a necessidade de constituir uma carteira de activos muito líquidos e de elevada segurança para cobrir responsabilidades de curto prazo, independentemente da existência doutras coberturas para essas mesmas posições. O cumprimento dessas regras vai requerer uma atenção especial da parte do Banco, dado o seu potencial impacto na margem financeira e a exposição ao risco de taxa de juro que a constituição de tal carteira poderá implicar.

Agradecimentos

Salienta-se com muito agrado o empenho de todos os Colaboradores do Banco, que continuam a demonstrar elevada responsabilidade e competência no desempenho das suas tarefas. O profissionalismo e dedicação demonstrada por esta equipa torna possível o cumprimento dos objectivos que nos propomos realizar.

Também se regista e agradece a confiança que os Clientes têm depositado no Banco, que nos estimula para continuarmos a prestar um serviço de qualidade e de valor acrescentado, em especial visando o aprofundamento das relações comerciais e económicas entre Portugal e Angola.

Agradecemos, ainda, o apoio e a colaboração da Casa Mãe em Angola, que muito tem contribuído para o sucesso do nosso negócio e com o qual esperamos continuar a contar.

Enquadramento Macroeconómico 2013

I. Introdução

O ano 2013 fica assinalado, no que se refere ao desempenho das economias mais desenvolvidas, pelo aparecimento de sinais mais consistentes do impacto das políticas monetárias excepcionalmente acomodáticas adoptadas por diversos bancos centrais como resposta à crise financeira internacional de 2008/9 e ao efeito adverso dessa crise no nível de actividade das economias, e também como resposta às perturbações que, na sequência daquela crise, viriam a abalar a confiança no funcionamento da zona Euro e que se prolongaram até ao 3º trimestre de 2012.

No caso dos Estados Unidos da América, esses sinais traduziram-se, para além da manutenção de um ritmo de crescimento sustentado da actividade económica (variação do PIB de 1,9%), numa considerável melhoria do mercado de trabalho, reflectida numa descida gradual da taxa de desemprego a qual atingiu no final do ano 6,7% da população activa, menos 1,2 p.p. que o valor registado no final de 2012. Este nível de desemprego fica já muito próximo do objectivo (“threshold”) abaixo do qual o Banco de Reserva Federal (FED) considera justificado rever a política monetária altamente expansionista e não-convencional conhecida por “Quantitative Easing” ou simplesmente “QE”, adoptada após a eclosão da crise financeira.

As perspectivas para 2014 apresentam-se mais favoráveis, sendo esperada uma aceleração do ritmo de crescimento da actividade, com uma previsível expansão do PIB de 2,8%.

Na União Europeia e nas economias da Zona Euro em especial, observou-se ao longo de 2013 uma tendência de retoma da actividade, traduzida em variações trimestrais positivas do PIB a partir do 2º trimestre, que inverteram um ciclo de variações negativas desta variável, que se estendeu desde o último trimestre de 2011 e até ao primeiro trimestre de 2013.

Apesar dessa gradual melhoria, para o conjunto do ano a variação do PIB terá sido ainda negativa, de -0,4%, semelhante à verificada em 2012. Não obstante esse desempenho negativo, assistiu-se à estabilização do nível médio de desemprego nas economias da Zona, em 12,1% (tendo baixado em Janeiro de 2014 para 12%).

As perspectivas para da Zona Euro para 2014 apresentam-se mais favoráveis, com um crescimento esperado do PIB de 1,2% e uma ligeira redução do nível de desemprego.

A economia do Japão evidenciou também sinais de melhoria, igualmente impulsionada pela política ultra-expansionista do Banco do Japão - a qual, curiosamente, assume como objectivo central uma aceleração dos preços no consumidor procurando atingir um nível de 2% ao ano.

A taxa média de crescimento do PIB em 2013 terá sido de 1,6%, melhor que em 2012 (+1,4%) mas evidenciando uma clara aceleração na parte final do ano ilustrada numa taxa de crescimento, no segundo semestre, em torno de 2,5%.

No Reino Unido o crescimento económico acelerou significativamente em 2013, para cerca de 2%, depois de um desempenho mais modesto em 2012 (+0,3%), beneficiando igualmente de fortes estímulos da política monetária do Bank of England, tendo o desemprego atingido 7%, nível que era prosseguido como objectivo pelas autoridades no quadro daquela política.

Refira-se ainda o caso da China, cuja economia, apesar de não se integrar no grupo das mais desenvolvidas, por força da sua dimensão acaba por ter mais impacto no desempenho da economia mundial do que a grande maioria das economias mais desenvolvidas. O ritmo de crescimento da economia chinesa terá sido muito semelhante ao observado em 2012, de cerca de 7,7%, não obstante as crescentes dúvidas quanto à possibilidade de manutenção deste ritmo enquanto subsistir o modelo de crescimento baseado numa taxa de acumulação de capital muito elevada e numa migração massiva de mão-de-obra de baixo custo das actividades agrícolas para actividades industriais, nomeadamente para a construção e obras públicas.

A incerteza quanto à sustentabilidade do modelo de crescimento da economia da China teve já impacto no mercado de algumas matérias-primas, com a quebra acentuada das cotações do cobre e do ferro, por exemplo.

Relativamente ao comércio internacional, um barómetro fiável da evolução da actividade económica a nível global, terá aumentado cerca de 2,8% em 2013, registando uma aceleração em relação ao verificado em 2012 (+1,9%) explicável pelo melhor desempenho da generalidade das economias mais desenvolvidas atrás referido.

Merece ainda destaque, neste quadro de análise global, a evolução dos mercados financeiros em 2013, caracterizada por um desempenho positivo tanto dos mercados de dívida como dos mercados de acções.

No caso dos mercados de dívida, assistiu-se a uma valorização generalizada das cotações dos títulos, que prossegue em 2014, em movimento inverso ao das respectivas *yields*, induzido pelas políticas monetárias fortemente expansionistas que exerceram pressão em baixa sobre os níveis de juro em especial nos segmentos de médio/longo prazo das curvas de rendimento.

Este fenómeno estimulou a procura de activos de melhor rendimento por parte da generalidade dos investidores, fenómeno que os induziu a aceitar níveis de risco mais elevados para obtenção de *yields* mais atractivas.

No caso dos mercados de acções, a melhoria foi também generalizada em 2013, com ganhos apreciáveis na generalidade dos índices bolsistas mais conhecidos, tanto nos EUA como na Europa, beneficiando da descida das taxas de juro, da melhoria dos resultados das empresas cotadas e da respectiva situação financeira (que inclusivamente estimulou a adopção, em escala significativa, da aquisição de acções próprias com compensação para os investidores) e, ainda, de perspectivas económicas mais favoráveis que com o avançar do ano se foram tornando mais consistentes.

Por oposição a este cenário mais benigno das economias mais desenvolvidas, o desempenho das economias emergentes em 2013 foi negativamente afectado por diversos factores tanto internos como externos.

No primeiro caso cabe referir em alguns casos a persistente insuficiência de infra-estruturas para sustentar um processo de crescimento de forma consistente, bem como, noutros casos, a deterioração do clima de negócios, em geral associada a opções de política económica que agravam os factores de risco económico e financeiro e por essa via desincentivam o investimento produtivo.

No segundo caso deve referir-se a instabilidade financeira gerada pelo refluxo de capitais que haviam sido atraídos aos mercados emergentes em busca de retornos mais compensadores e confiantes nalguma estabilidade cambial, refluxo esse que foi despoletado pelo anúncio, no terceiro trimestre de 2013, da intenção do FED de vir a reduzir os estímulos monetários à economia.

II. Economia Americana

Embora com alguma desaceleração em relação ao ano anterior (de +2,8% para +1,9%), o desempenho da economia americana em 2013 continuou a possibilitar, como já foi observado, uma clara melhoria na situação do mercado de trabalho.

A esse nível, que se mantém nos primeiros meses de 2014, a taxa de desemprego atinge virtualmente o objectivo (“threshold” de 6,5%) que deveria justificar a revisão das medidas não convencionais de política monetária, revisão aliás já em curso como adiante se refere.

O crescimento em 2013 foi impulsionado pelas despesas de consumo das famílias e pelo investimento privado (não residencial), relevando ainda o impacto favorável das exportações líquidas, neste caso beneficiando da gradual redução das importações de hidrocarbonetos face à rápida expansão da produção doméstica. Estes factores positivos compensaram o efeito negativo da travagem do consumo e do investimento público, decorrentes de conhecidos estrangulamentos orçamentais.

No tocante ao comportamento dos preços, há a registar a persistência de uma inflação bastante contida, traduzida numa variação média do índice de preços no consumidor de 1,5%, abaixo do valor de referência de 2% assumido pelo FED como zona de estabilidade.

Este comportamento dos preços, explicável pela existência de uma margem ainda expressiva de capacidade produtiva instalada não utilizada (“slack”) e pelo facto do mercado de trabalho, apesar das apreciáveis melhorias já assinaladas, se encontrar ainda distante de uma situação de tensão, não impediu que o FED tivesse decidido iniciar, em Janeiro de 2014, uma redução gradual (“tapering”) do nível de compras de activos que vinha realizando, ao ritmo de USD 85 mil milhões/mês (USD 45 mil milhões em *Treasury Bonds* e USD 40 mil milhões em obrigações hipotecárias), em execução da política de “QE” já referida.

Assim, em Janeiro último as aquisições de títulos foram reduzidas para USD 75 mil milhões, sendo a redução repartida igualmente pelas duas categorias de activos mencionadas, seguindo-se nova redução em Fevereiro, pelo mesmo montante e repartida da mesma forma. Foi agora decidida uma terceira redução, para USD 55 milhões, a partir de Abril.

Note-se que esta gradual redução do “QE” não afasta o carácter expansionista da política monetária: o “QE” mantém-se, apenas com intensidade gradualmente menor, e são igualmente mantidas, a nível muito baixo e por tempo considerável – até 2015, certamente - as taxas de cedência de fundos ao sistema financeiro (entre 0% e 0,25%).

As primeiras subidas de taxas de juro, de acordo com as últimas decisões do Federal Open Market Committee (FOMC), só deverão acontecer em 2015, e no pressuposto de que o nível de desemprego continue a baixar e de que haverá uma aceleração, embora contida, dos preços no consumidor.

Apesar desta realidade, o anúncio inicial de redução do nível de estímulos monetários, feito de forma ainda indeterminada, teve um impacto apreciável nas expectativas dos investidores, induzindo uma subida das taxas de juro implícitas na cotação da dívida pública americana (*yields*), nomeadamente nos prazos mais longos, as quais atingiram cerca de 3% para o prazo de 10 anos e de 4% para o prazo de 30 anos.

Após essa reacção inicial, as *yields* da dívida voltaram a baixar, embora para patamares superiores aos que se verificavam antes do anúncio das alterações no “QE”.

As perspectivas para 2014 apontam para uma aceleração do crescimento, antecipando-se uma variação do PIB de 2,9%, induzida pelo consumo privado e pelo investimento, beneficiando em qualquer dos casos de condições de financiamento muito favoráveis, sendo de esperar uma diluição do efeito travão da despesa pública que afectou o nível da actividade em 2013.

E tudo aponta para que a redução do “QE” prossiga ao longo do ano, ao ritmo previsto (menos USD mil milhões/mês), em especial se a situação no mercado do trabalho mantiver a tendência de recuperação evidenciada ao longo de 2013. É igualmente esperada uma ligeira subida da inflação, embora deva persistir abaixo do referencial de 2%.

Já quanto às taxas de juro oficiais não se prevêem quaisquer alterações ao longo de 2014. Como já se referiu as primeiras subidas só deverão acontecer em 2015 e no suposto da manutenção do (esperado) cenário de retoma da actividade.

III. Economia da Zona Euro

O facto mais marcante de 2013 foi, certamente, a dissipação do risco sistémico quanto à subsistência da Zona Euro (“tail-risk”), fenómeno que a pouco e pouco foi contagiando o comportamento dos investidores em relação às diferentes classes de activos, com relevo para os mercados da dívida pública. Este fenómeno foi especialmente visível no funcionamento dos mercados da dívida dos chamados países periféricos, que mais tinham sido atingidos pela crise de confiança e que, com o retorno da confiança no Euro, têm sido também os mais beneficiados em termos de melhoria das condições de financiamento.

Esta melhoria não se restringe aos emitentes soberanos, sendo extensiva às empresas privadas, bancos em especial, que podem ter acesso aos mercados de capitais.

Nesse contexto, verificou-se a conclusão do Programa de Assistência Financeira celebrado entre a Irlanda e os credores internacionais (“Troika”), sem que tivesse havido necessidade de negociar qualquer programa complementar (“cautelar” ou qualquer outro), uma vez que a Irlanda conseguiu restabelecer os canais de financiamento através do mercado, em condições de plena normalidade, dispensando assim qualquer suporte financeiro das instituições do Euro.

Note-se que, já depois da conclusão do Programa, as *yields* da dívida irlandesa continuaram a baixar, situando-se recentemente em cerca de 3% no prazo de 10 anos, tendo até sido recentemente efectuada uma emissão de dívida nesse prazo com uma taxa média de 2,976%, que será um nível historicamente baixo.

Saliente-se também o facto de a Espanha ter igualmente concluído o Programa de Assistência específico para a estabilização do seu sistema financeiro, conseguindo aparentemente superar os problemas que forçaram, no contexto daquele Programa, a implementação de uma extensa reestruturação do seu sistema bancário, com especial incidência no sector das Cajas de Ahorro.

A dissipação do risco sistémico bem como a imensa melhoria das condições de financiamento induzidas por esse fenómeno, terão sido decisivas para a melhoria verificada ao longo do ano no desempenho das economias, em especial nos países que haviam sido mais afectados pela instabilidade financeira, bem como das expectativas em relação ao desempenho futuro.

Também os mercados accionistas reflectiram essa mudança de cenário macroeconómico e de expectativas, tendo encerrado o ano com desempenhos bastante positivos. Já nos primeiros meses de 2014 esta evolução parece ganhar ainda maior consistência, sendo de notar em particular o facto de as *yields* das dívidas soberanas dos países periféricos terem regressado a níveis anteriores ao eclodir da crise de confiança, havendo mesmo registo de operações de emissão de dívida de médio/longo prazos, nos casos da Espanha e da Itália por exemplo, a taxas de juro historicamente baixas.

Esta evolução mais recente que, como referido, se estende ao mercado da dívida de empresas privadas, bancos nomeadamente, caso venha a manter-se, confere redobrada verosimilhança às perspectivas de recuperação da actividade económica em 2014, podendo mesmo vir a justificar a revisão em alta dos cenários actualmente disponíveis.

Em contraponto, uma mudança tão fundamental das expectativas dos investidores em relação à Zona Euro e a consequente melhoria do acesso aos mercados financeiros por parte de todos os agentes

económicos relevantes, pode reavivar o conhecido risco de “moral hazard”, sob a forma tanto de um possível relaxamento dos esforços de consolidação orçamental – cujo prosseguimento se revela essencial para que exista maior disponibilidade de recursos para os sectores produtivos e também para permitir algum alívio das elevadas cargas fiscais - como de uma tendência para o adiamento de prometidas reformas estruturais no funcionamento dos mercados de factores e de produtos necessárias para propiciar uma melhoria da competitividade das empresas e funcionar com factor de estímulo ao investimento produtivo.

Com efeito, desaparecida praticamente a pressão dos mercados com a restauração dos canais de financiamento do mercado em condições bastante favoráveis, poderá verificar-se uma tendência para a moderação das medidas de rigor orçamental bem como para protelar as medidas de natureza estrutural que, como bem se sabe, encontram sempre uma forte resistência por parte dos grupos que são titulares de interesses susceptíveis de ser afectados pela aplicação dessas reformas.

Do lado da política monetária do BCE verificou-se ao longo de 2013 a manutenção de uma postura relativamente estável, sem prejuízo da adopção de algumas medidas acomodáticas traduzidas na redução da taxa de juro das operações principais de refinanciamento (MRO), em Maio de 0,75% para 0,5% e em Novembro de 0,5% para 0,25%. Em contraponto, o BCE encerrou as intervenções ao abrigo do Securities Market Program (SMP), um tipo de intervenção não convencional consistente na compra de dívida pública em mercado secundário, que se tinha justificado em 2011 e em 2012 como instrumento de dissuasão do risco sistémico mas que agora deixou de ter justificação.

Merecem ainda referência especial os progressos, ainda que limitados, no sentido da institucionalização de uma União Bancária Europeia, assente em 3 pilares: (i) um mecanismo único de supervisão, no âmbito do qual o BCE assumirá, a partir de Novembro de 2014, a supervisão directa das principais instituições bancárias (consideradas significativas); (ii) um sistema comum de garantia de depósitos e (iii) um mecanismo comum de resolução, que mutualizará os apoios a instituições que venham a enfrentar situações de crise (com novas regras quanto à participação de detentores de capital e de credores comuns no processo de recuperação).

Como passo preparatório da passagem da supervisão directa das instituições mais significativas para o BCE, será efectuado no decurso de 2014 um exercício de “asset quality review” visando avaliar, com base numa metodologia comum, a consistência dos activos, creditícios e outros, detidos pelos bancos.

Quanto aos outros dois pilares da União Bancária, nomeadamente a instituição de um mecanismo comum de resolução, serão ainda necessários alguns anos até à sua plena entrada em funcionamento e dotação de meios de intervenção (EUR 55 mil milhões previstos como dotação inicial do mecanismo de resolução).

Ainda, com a introdução da reforma regulamentar conhecida por Basileia III, a partir de 2015 os bancos ficarão ainda sujeitos a regras mais exigentes de cobertura dos riscos de liquidez, que deverão incluir a obrigatoriedade de constituição de uma carteira de activos de elevada liquidez e segurança, para cobrir responsabilidades de curto prazo, independentemente destas se acharem cobertas por outros tipos de activos.

IV. Outras economias

Relativamente a outras economias da União Europeia não integrantes da Zona Euro, verificámos já que no Reino Unido se verificou uma evolução bastante favorável da actividade, beneficiando da política de estímulos monetários e das condições de financiamento bastante favoráveis que esta política propiciou.

Comportamento semelhante foi observado nos casos da Suécia (neste caso mais por efeito da procura interna), da República Checa, da Polónia e da Hungria, nestes casos beneficiando de um comportamento favorável das exportações líquidas.

Das principais economias emergentes da Ásia, para além do caso da China já atrás mencionado, há a registar um desempenho menos favorável da economia indiana, afectada por diversos problemas de natureza estrutural e também por fenómenos de instabilidade financeira que tiveram impacto na taxa de câmbio que esteve sujeita a pressões no sentido da depreciação.

Na África ao sul do Sahara, foi observado um desempenho geralmente positivo das economias, apesar dos problemas que têm afectado a África do Sul, em claro abrandamento da actividade por efeito conjugado de uma prolongada agitação laboral e da perda de valor de algumas matérias-primas e minerais, tendo-se verificado, como consequência, alguma pressão para a desvalorização do Rand.

Na América Latina o desempenho económico em 2013 ficou também abaixo das expectativas, reflectido num abrandamento do crescimento do PIB de 3% em 2012 para cerca de 2,7% em 2013. Apesar da disponibilidade de recursos naturais, a generalidade dos países desta zona defronta-se com dificuldades de natureza estrutural, para além de alguns terem deixado agravar desequilíbrios que abalam a confiança dos investidores, resultantes de opções de política económica, havendo ainda a assinalar o já

atrás mencionado efeito desestabilizador decorrente do anúncio das alterações de política monetária nos EUA.

V. Economia de Angola

Em Angola e de acordo com a informação disponível, o ritmo de crescimento em 2013 terá ficado algo aquém das expectativas oficiais, com uma variação positiva do PIB provavelmente não superior a 5%, beneficiando da contribuição muito positiva dos sectores não petrolíferos, com relevo para o sector energético e das obras públicas, apesar de uma quase estagnação da produção no sector petrolífero. Trata-se de um desenvolvimento que se enquadra no objectivo estratégico de diversificação da actividade económica, com gradual redução da dependência da actividade petrolífera tanto para a formação do PIB como para a geração de receitas fiscais.

Particularmente relevante em 2013 foi o facto de se terem consolidado os resultados da política de estabilização económica em vigor desde 2010, cujo sucesso se torna ano a ano mais visível e que proporciona uma base bastante mais sólida para o lançamento de uma política de sentido mais desenvolvimentista especialmente centrada na realização de projectos infra-estruturais indispensáveis para um desenvolvimento mais sustentado, que estimule o investimento privado, e também mais inclusivo, de modo a fazer chegar os benefícios do crescimento económico a uma parte expressiva da população que até agora tem usufruído menos ou muito pouco desses benefícios.

Entre os indicadores de estabilização merecem realce a redução continuada da taxa de inflação, cujo valor médio anual registou um novo mínimo histórico, de 7,69%, bem como o facto de ter sido apurado, de acordo com as mais recentes estimativas, um défice orçamental de apenas 1,5% do PIB, bastante inferior ao que havia sido projectado, da ordem de 3,6% do PIB. Note-se que este deficit se segue a um período de três anos (2010-2012) de superávits significativos.

A evolução muito favorável da taxa de inflação e a moderação da política orçamental tornaram possível ao BNA proceder a alguns ajustamentos na sua política de taxas de juro, reduzindo as taxas de cedência de fundos ao sistema financeiro e procurando com isso dar um sinal positivo para os projectos de investimento produtivo. As taxas do mercado interbancário reflectiram essa política, tendo igualmente exibido uma tendência de redução.

Saliente-se ainda a estabilização da taxa de câmbio USD/AKZ, que prosseguiu uma trajectória de ajustamento muito suave, passando de um valor médio de 95,712 (mercado primário) no final de 2012, para um valor médio de 97,619 no final de 2013, ao mesmo tempo que o diferencial entre a taxa de

câmbio oficial e a do mercado paralelo se tornou quase inexpressivo, sinalizando que a procura de divisas na economia encontra satisfação quase integral através dos intermediários financeiros autorizados, tornando quase supérfluos os mecanismos de mercado paralelo.

Esta evolução cambial foi ainda consistente com uma acumulação das reservas em divisas, as quais passaram de USD 30,6 mil milhões no final de 2012 para USD 30,9 mil milhões no final de 2013, mas após a transferência da posição do BNA para contas do Fundo Petrolífero (Fundo Soberano de Angola) de um total de USD 3,8 mil milhões. Na ausência dessa transferência, as reservas oficiais teriam ascendido a USD 34,7 no final de 2013, um aumento de 13,4% em relação ao valor registado no final de 2012.

Refira-se também a entrada em vigor do novo regime cambial para as empresas petrolíferas, que passaram a efectuar pagamentos locais em moeda nacional e a depositar uma parte das suas receitas em divisas nos bancos nacionais, o que contribuiu para uma maior folga no mercado de divisas e para uma redução, especialmente ao longo do segundo semestre, da pressão compradora de divisas por parte dos bancos ao BNA.

As perspectivas da actividade para 2014 mostram-se bastante promissoras, sendo de esperar uma variação do PIB superior à de 2013, novamente por efeito de uma expansão nos sectores não petrolíferos e esperando-se, desta vez, um expressivo contributo do anunciado esforço de investimento público (incluindo de empresas detidas pelo Estado) em projectos infra-estruturais, nomeadamente na produção e distribuição de energia eléctrica e nos sistemas de abastecimento de água.

VI. Economia portuguesa

Segundo as mais recentes estimativas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a actividade económica em Portugal terá ainda registado uma contracção no conjunto de 2013, reflectida numa queda do PIB de 1,4%, embora bastante inferior às previsões iniciais que apontavam para uma queda de 2,3%.

Esta menor contracção deveu-se a um contributo menos negativo do que o esperado por parte da procura interna, que passou de -6,9% em 2012 para -2,6% em 2013, enquanto o contributo da procura externa líquida se manteve positivo (+1,2%) embora significativamente inferior ao registado em 2012 (+3,7%) em virtude da recuperação das importações de bens e de serviços na parte final do ano.

Esta contracção reflecte ainda os efeitos das medidas de austeridade incluídas no OE/2013, no âmbito da execução do PAEF, com realce para o expressivo agravamento fiscal em sede de IRS, cuja receita aumentou mais de 35% em termos homólogos, bem como as persistentes dificuldades de acesso ao crédito bancário por parte da generalidade das pequenas e médias empresas e dos particulares, não obstante alguns sinais que na parte final do ano se fizeram sentir apontando para o início de uma fase de algum alívio das dificuldades de acesso ao crédito.

Note-se entretanto que, em termos de variação trimestral do PIB, a partir do segundo trimestre passaram a registar-se valores positivos, culminando no último trimestre do ano com uma variação em cadeia de +0,6% e uma variação homóloga positiva de 1,7%, cumprindo salientar que se trata da primeira variação homóloga positiva do PIB desde o quarto trimestre de 2010.

O aspecto mais positivo a assinalar no desempenho da economia portuguesa consiste na total inversão do crónico e muito elevado desequilíbrio externo que se arrastava desde há mais de 15 anos e que em 2013 deu lugar a superávits nas contas com o exterior com uma expressão já significativa: 2,6% do PIB para o saldo conjunto das Balanças Corrente e de Capital; 1,7% do PIB para o saldo conjunto das Balanças de Bens e de Serviços; 0,53% do PIB para a Balança Corrente.

Trata-se uma inversão fundamental para permitir a melhoria da posição de investimento internacional do País e para o início de um processo de desendividamento em relação ao exterior, mas cujo prosseguimento requer a manutenção de uma política orçamental bastante prudente, mormente do lado das despesas públicas, uma vez que é de esperar alguma recuperação do consumo e do investimento privado, com natural impacto na evolução das importações (visível nos primeiros dados disponíveis para 2014).

No tocante ao Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), este aproxima-se da sua fase final, estando a respectiva conclusão prevista para Maio de 2014, encontrando-se actualmente em curso a 11ª e penúltima avaliação a cargo dos credores internacionais.

Os objectivos orçamentais para 2013 foram cumpridos com alguma folga – o défice orçamental não terá sido superior a 4,6% do PIB quando a previsão inicial (e objectivo do PAEF) apontava para um défice de 5,5% do PIB – e à generalidade das reformas estruturais inscritas no Programa os credores internacionais têm reconhecido alguns progressos, em particular no que se refere à redução de fenómenos de rigidez no funcionamento dos mercados de factores e de produtos.

Como já atrás se mencionou, a propósito das Economias da Zona Euro, tem-se verificado uma considerável melhoria nas condições de financiamento por parte do Tesouro Português, traduzidas em especial numa acentuada descida das yields da dívida de longo prazo – a dívida a 10 anos apresenta nesta altura uma *yield* de 4,3%, que já não se observava há cerca de 4 anos - e numa acentuada redução das taxas de juro das colocações de Bilhetes do Tesouro (nas mais recentes emissões, foram já inferiores a 0,5% para o prazo de 6 meses e de 0,75% para o prazo de 1 ano).

Esta evolução favorável das condições de financiamento, caso persista, constitui um factor que ajudará a uma conclusão do PAEF em condições de alguma tranquilidade, permitindo uma transição sem grandes dificuldades para uma fase de financiamento exclusivamente pelo recurso às fontes do mercado.

Note-se que esta mudança de comportamento dos mercados da dívida é extensiva às empresas privadas com acesso ao mercado de capitais, as quais têm vindo a emitir dívida em condições cada vez mais favoráveis em termos de prazo e de juro, especialmente os bancos que voltam a ter a possibilidade de se financiar no mercado, a taxas de juro bastante mais atractivas. Esta nova realidade poderá encorajar os bancos que receberam ajudas do Estado, tanto do programa de recapitalização financiado no âmbito do PAEF como através da emissão de dívida com garantia do Estado, a reembolsar essas ajudas mediante o recurso a operações de emissão de capital e de dívida no mercado.

Note-se que a maioria dos bancos portugueses de maior dimensão apresentou em 2013 resultados negativos de elevada expressão, os quais foram consequência das elevadas imparidades registadas nas carteiras de crédito. Existe, no entanto, a expectativa de que, após o elevado nível de imparidades já registado (perto de EUR 20 mil milhões, em termos acumulados, desde o início da crise financeira e económica que atingiu o País) e com os sinais de retoma da actividade económica que se vão tornando cada vez mais consistentes, em 2014 a generalidade dos bancos possa apresentar resultados de exploração já equilibrados ou muito próximo do equilíbrio.

Enquadramento da actividade do Banco BAI Europa

Áreas de negócio

- Banca Comercial

A área de Banca Comercial tem como missão a prestação de serviços de elevada qualidade ao sector empresarial, ao abrigo de uma estratégia de negócio claramente definida, que envolve a captação selectiva de clientes.

O principal mercado de actuação do Banco é constituído por empresas portuguesas com actividade em Angola ou que desenvolvam relações comerciais com este País. Neste nicho de mercado o BAIE distingue-se pela capacidade de criação de valor para os seus clientes através da prestação de serviços financeiros de forma ágil e flexível e aproveitando a experiência e as sinergias que resultam do facto da sua casa mãe, o BAI, ser uma instituição líder no mercado financeiro angolano.

Complementarmente, o outro mercado de actuação é composto pelas empresas portuguesas exportadoras para Cabo-Verde, País em que o grupo BAI também se encontra presente. Apesar destes segmentos de mercado manterem-se como uns dos menos afectados pela crise económica que tem atingido Portugal nos últimos anos, o facto da contracção da actividade económica se ter mantido em 2013, agravou em geral o risco crédito inerente às empresas, mesmo para aquelas que actuam no sector exportador.

Face à conjuntura recessiva e às incertezas que ainda caracterizam a economia portuguesa, o Banco manteve a sua estratégia, condicionando o desenvolvimento da sua actividade a padrões de elevada prudência, pelo que a carteira de crédito da Banca Comercial acabou por registar uma redução no final do ano de 7,2%.

Assim, e apesar da redução da carteira de crédito apresentada no balanço, foi mantida uma estratégia de forte foco comercial no apoio às empresas exportadoras e internacionalizadas para o mercado Angolano, tanto na captação sustentada de novos clientes, como na vinculação dos actuais, aproveitando as oportunidades de financiamento das trocas comerciais entre Angola e Portugal e completar, entre Cabo-Verde e Portugal.

Em resultado da estratégia conservadora prosseguida, o crédito vencido no final de 2013 coincide praticamente com situações já observadas em 2011. Estas operações representam as poucas exposições a crédito imobiliário no activo do Banco e que se encontram provisionadas na sua totalidade. A recuperação de parte das perdas já reconhecidas (através da execução de hipotecas e da venda de imóveis) depende, em grande medida, da recuperação do próprio mercado imobiliário em Portugal e da celeridade dos processos judiciais associados.

- Banca de Investimentos

Esta área de negócios tem como propósitos (i) investir os recursos financeiros disponíveis no grupo, procurando obter a melhor rentabilidade assumindo níveis de risco pré-definidos através de estruturas de gestão de risco simples e eficazes e (ii) organizar soluções financeiras mais especializadas para os clientes.

(i) Relativamente ao investimento dos recursos financeiros que não estão aplicados em crédito concedido, no ano 2013 persistiu a redução do volume de negócio, tanto no mercado interbancário como na área de investimento em *fixed income*.

Na actividade interbancária, com intuito de reduzir dos limites de contraparte e atendo que não se verificou um aumento de novas contrapartes, manteve-se o processo de desalavancagem do balanço pelo que a capacidade de captação de *funding* nesta área não tem sido totalmente aproveitada. Por outro lado, o facto das taxas de mercado se encontrarem em níveis historicamente baixos, dificulta rentabilidade da actividade nesta área.

No que se refere ao investimento títulos de renda fixa, com a gradual estabilização do mercado de dívida nacional, tanto pública como privada, reduziram-se significativamente as oportunidades de investimento em dívida pública e em papel comercial, a prazos relativamente curtos e para os emitentes com melhor perfil de risco.

A conjugação destes factores determinou uma redução significativa do volume total médio de activos creditícios com forte impacto na margem financeira do Banco.

(ii) Quanto à organização de soluções financeiras mais especializadas, no final de 2013 a carteira de crédito não titulado desta área de negócio alcançou os EUR 66,4 milhões, que corresponde a um crescimento anual de aproximadamente 14%. Esta variação positiva da carteira concentrou-se no final de 2013 pelo que o impacto na margem financeira de 2013 ainda foi reduzido.

O quadro seguinte apresenta a evolução das carteiras de crédito a clientes e de títulos de dívida:

montantes expressos em milhões de Euros

	31-Dez-13	31-Dez-12	Δ %
Banca Comercial			
Crédito vincendo	45,1	48,6	-7,2%
Crédito vencido	3,0	3,1	-3,2%
Banca de Investimento			
Crédito vincendo	75,6	66,4	13,9%
Crédito vencido	0,1	0,0	-
Provisões:			
Crédito vencido e de cobrança duvidosa	-3,7	-3,8	-2,6%
Risco-país	-2,3	-1,3	76,9%
Carteira de crédito a clientes líquida não titulada	117,8	113,0	4,2%
Banca de Investimento			
Papel Comercial	12,9	87,9	-85,3%
Obrigações	7,5	15,0	-50,0%
Carteira de crédito líquida titulada	20,4	102,9	-80,2%
Banca Comercial			
Linhas de crédito irrevogáveis	6,7	2,6	
Banca de Investimento			
Linhas de crédito irrevogáveis	11,9	24,6	
Linhas de crédito irrevogáveis não utilizadas	18,6	27,2	-31,6%
Total	156,8	243,1	-35,5%

- Serviço de Banca Correspondente

Esta área de negócio presta serviços financeiros a outros bancos, sendo que as instituições financeiras do Grupo BAI ocupam um lugar de destaque no conjunto das operações efectuadas.

Em 2013 observou-se, uma vez mais, um aumento do número de ordens de pagamentos de estrangeiro. Todavia, a redução de volume ocorrida originou uma diminuição nos ganhos com a prestação de serviços complementares, nomeadamente as operações cambiais.

Relativamente à área de créditos documentários, apesar do aumento de volume total de cartas notificadas, 2013 voltou a apresentar uma redução do valor total de cartas de crédito confirmadas, pelo que os proveitos angariados com estas operações registaram igualmente um decréscimo.

Actividades de Suporte

- Auditoria Interna

É da responsabilidade do departamento de auditoria interna (DAI) monitorizar o sistema de controlo interno do Banco através do desenvolvimento de acções de avaliação para aferir sobre a sua adequação e eficácia, propondo e reportando ao CA medidas para a melhoria do sistema quando identificadas deficiências na sua concepção ou implementação.

Após a conclusão do trabalho de documentação e melhoria dos processos de negócio do Banco, as acções de auditoria têm tido um papel importante na avaliação do cumprimento e da adequação desses processos que são um dos pilares da gestão do risco operacional do Banco.

O DAI tem acompanhado o resultado da auditoria a todos sistemas de informação do Banco que foi efectuado por uma empresa externa especializada.

- Compliance

É da responsabilidade do Departamento de Compliance cooperar com os órgãos de administração e de gestão no sentido de assegurar que as actividades do BAIE se desenvolvem em conformidade com as leis e os regulamentos que disciplinam a actividade financeira, bem como com as políticas e normativos internos, de modo a evitar o risco de se incorrer em sanções ou prejuízos, quer financeiros, quer a nível de imagem e reputação.

O controlo e prevenção de actividades de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo continuam a constituir uma área de relevo, requerendo um escrutínio das operações e um acompanhamento constante das actualizações regulares das normas emitidas pela autoridade de supervisão bancária e por outras entidades nacionais e estrangeiras.

Em Dezembro de 2013 foi emitido um novo Aviso do Banco de Portugal que determina deveres preventivos adicionais, estando este departamento a acompanhar a implementação de alterações necessárias aos processos de negócio abrangidos.

- Sistemas de Informação

O Departamento de Sistemas de Informação tem por missão gerir e garantir a segurança do parque informático, dos sistemas de informação, das bases de dados e das redes de comunicação do Banco.

A este departamento cabe ainda prestar o apoio a todos os utilizadores internos e externos dos sistemas e analisar as suas necessidades funcionais, com o objectivo de assegurar um ambiente de trabalho tão eficiente e produtivo quanto possível, dando suporte ao desenvolvimento da estratégia e da actividade do Banco.

Entre os vários projectos desenvolvidos ao longo do ano, destacam-se os seguintes trabalhos:

- Virtualização da grande maioria dos servidores do Banco que permitiu um melhor aproveitamento dos recursos de *hardware* disponíveis;
- Desenvolvimentos de testes de recuperação de negócio no *data center* externo ao Banco incorporando melhorias neste processo em resultado dos testes efectuados;
- Desenvolvimento aplicacional da marcação do crédito estruturado de acordo com as Instruções do Banco de Portugal nºs 18/2012 e 32/2013;
- Implementação do módulo *internet banking* com disponibilidade 24h por 7;
- Na sequência da auditoria efectuada por empresa especializada, introdução de melhorias ao nível da política de segurança, dos processos de negócio e do modelo de gestão de risco na área de SI;
- Acompanhamento das alterações nos sistemas de pagamento decorrente do Plano nacional de migração para a SEPA; e
- Desenvolvimento aplicacional tendo em vista o novo formato de reporte ao Banco de Portugal das estatísticas de operações e de posições com exterior de acordo com a Instrução n.º 27/2012.

- Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2013 o Banco contava com um total de 26 colaboradores, menos 1 colaborador do que o verificado no final do ano anterior. O pessoal ao serviço do Banco é, com certeza, o seu activo mais valioso e determinante para o seu sucesso.

O Banco possui uma equipa de jovens profissionais com muito talento e com um leque de experiências variado, centrada na qualidade da prestação de serviços aos clientes e na observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Tem-se criado no Banco ao longo dos últimos anos uma cultura própria, de rigor e de exigência, mantendo ao mesmo tempo um ambiente de trabalho estimulante, factores que muito têm contribuído para alcançar, de forma sustentada, os objectivos comerciais, operacionais e económicos estabelecidos.

Sistema de Gestão de Riscos

O sistema de gestão de riscos (SGR) do BAIE foi definido considerando as linhas de orientação estratégica e o nível de tolerância ao risco definidos pelo Conselho de Administração (CA) e a dimensão, natureza e complexidade da actividade do Banco. O SGR centra-se na manutenção dos riscos dentro dos limites pré-definidos, procurando otimizar a relação entre o risco e o respectivo retorno, assegurando sempre a solvabilidade do Banco em qualquer circunstância.

De acordo com o actual modelo de gestão de risco do Banco identificam-se como riscos materiais, os seguintes:

- Risco de Crédito
- Riscos de Balanço:
 - Risco de Liquidez
 - Risco de Taxa de Juro
 - Risco de Taxa de Câmbio
- Risco Operacional
- Risco de *Compliance* e
- Risco de Sistemas de Informação

- Organização

A estrutura organizacional do Banco foi concebida com o intuito de dispor dos recursos apropriados à **identificação, avaliação, controlo e acompanhamento** dos riscos a que este se encontra exposto na sua actividade. Esta estrutura é caracterizada por poucos níveis hierárquicos e pela concentração da tomada de decisões nos administradores, não existindo delegação de poderes para decisões que envolvam a tomada de risco material. Esta estrutura é ainda composta por poucos níveis hierárquicos que promovem o fluxo vertical e horizontal de informação, gerando-se desta forma uma grande interacção entre todos os departamentos e, também, com todos os administradores.

O **CA** tem a responsabilidade de definir, aprovar e implementar o SGR que permita a identificação, avaliação, controlo e acompanhamento de todos os riscos materiais a que o Banco se encontra exposto, tanto por via interna como por via externa, por forma a assegurar que aqueles se mantêm no nível previamente definido e que não afectarão significativamente a situação financeira do Banco.

Obedecendo aos princípios reconhecidos e aceites a nível internacional e definidos pelo Banco de Portugal nesta matéria, designadamente no Aviso n.º 5/2008, e tendo em conta o propósito de adequar melhor o modelo de governação às crescentes exigências em matéria prudencial, foram criados em Maio de 2013 dois órgãos, um Comité de Crédito (CC) e um Comité para o Acompanhamento da Gestão de Riscos (CAGR).

O **CC** é um órgão de decisão que integra todos os administradores do Banco tendo como responsabilidade aprovar as operações de crédito de escalão mais elevado, sendo o risco de crédito o risco mais relevante na actividade do BAIE.

O **CAGR** é um órgão de acompanhamento, tendo na sua constituição, para além de dois membros do CA sem responsabilidade directa pelas áreas originadoras de negócio (banca de empresas e banca de investimento), os responsáveis pelas funções de gestão de riscos e pela auditoria interna, para que em conjunto exerçam o acompanhamento permanente do SGR, tanto de natureza financeira como não financeira. Compete ao CAGR zelar pela aplicação efectiva do SGR do Banco de acordo com a respectiva política interna, através do acompanhamento permanente da sua adequação e eficácia, bem como da adequação e da eficácia das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências desse sistema. O CAGR reúne, no mínimo, mensalmente para analisar a evolução dos riscos materiais do Banco.

Com excepção do risco de *compliance*, cujo acompanhamento compete à responsável do respectivo departamento, a **função de gestão dos riscos** (FGR) está atribuída a um único responsável que actualmente acumula esta função com a coordenação do Departamento de Risco de Crédito (DRC). Estes responsáveis asseguram estas funções de forma independente, uma vez que não têm poderes de decisão sobre os riscos que monitorizam e sobre as áreas funcionais sujeitas às suas avaliações, competindo-lhes assessorar o CAGR no desempenho das suas funções.

Decorrente das suas responsabilidades de monitorização do sistema de controlo interno do Banco, do qual o SGR é parte integrante, o **Departamento de Auditoria Interna** (DAI), os **Auditores Externos** e o **Conselho Fiscal** do Banco monitorizam o SGR, através de acções de avaliação, com objectivo de aferir sobre a sua adequação e eficácia, nomeadamente, através da identificação de eventuais deficiências desse sistema, quer na sua concepção, quer na sua implementação, devendo nestes casos propor medidas para melhoria e mitigação dessas deficiências.

- Risco de Crédito e Risco de Concentração

O Departamento de Risco de Crédito (DRC), no que diz respeito às operações da Banca Comercial e Banca de Investimento tem a responsabilidade de assegurar: (i) a avaliação detalhada e independente do risco de crédito inerente a cada operação de crédito proposta por essas áreas; (ii) o cumprimento da estratégia de negócio definida pelo CA e das normas prudenciais estabelecidas pela entidade de supervisão bancária; (iii) o acompanhamento contínuo do risco da carteira de crédito; e (iv) o acompanhamento dos processos de recuperação em caso de incumprimento.

A aprovação da concessão de crédito é da exclusiva competência dos membros do CA, do CA, ou do CC, dependendo dos montantes envolvidos, estando previsto em normativo interno limites de exposição máxima por cliente, grupo de clientes ligados entre si e por sector de actividade por país. Compete à FGR acompanhar o cumprimento destes limites.

Para as operações da Sala de Mercados (SdM), o DRC assegura a avaliação periódica independente da situação financeira de cada contraparte (instituição/entidade), propondo limites de exposição para cada uma destas contrapartes, para aprovação em CC.

A FGR efectua o acompanhamento diário das posições em risco para confirmar que estas se encontram dentro dos limites definidos em normativo interno reportando ao CAGR o resultado do seu acompanhamento numa base mensal.

O DRC procede a uma estimativa das perdas por imparidade para todas exposições de risco de crédito. As imparidades e provisões constituídas são apreciadas e aprovadas pelo CC, sendo ainda avaliadas semestralmente pelos Auditores Externos, pelo Conselho Fiscal e pelo Banco de Portugal.

- Riscos de Balanço:

A gestão dos riscos de balanço envolve os riscos financeiros referentes aos activos e passivos no balanço, abrangendo liquidez, taxa de juro e taxa de câmbio.

A SdM é responsável pela gestão destes riscos, actuando de acordo com as linhas orientadoras e dentro dos limites estabelecidos na Política de Gestão de Riscos e no normativo interno.

A FGR acompanha numa base diária a exposição do Banco aos riscos assumidos no balanço assegurando que estes se encontram dentro dos limites definidos. Mensalmente a FGR reporta o resultado do seu acompanhamento ao CAGR.

i) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco do Banco não dispor de fundos suficientes para satisfazer as suas responsabilidades monetárias, especialmente no curto prazo. Os limites e as linhas orientadoras estabelecidas para a gestão deste risco definem a assunção de uma posição conservadora na gestão da liquidez, mantendo sempre uma posição muito líquida a curto prazo. Encontram-se definidos limites de posição de tesouraria e patamares de referência para alerta em função do volume dos recursos captados para os prazos temporais mais curtos.

Diariamente é apurada a projecção da posição de tesouraria dos activos e passivos financeiros e outras responsabilidades assumidas fora do balanço por moeda e prazos residuais, sendo essa informação utilizada pela SdM na gestão da tesouraria.

A FGR acompanha diariamente o cumprimento dos respectivos limites e a tomada de medidas correctivas quando necessário.

ii) Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro equivale ao impacto na margem financeira de alterações na taxa de juro, que se manifesta quando existem *mismatches* nos prazos dos activos e passivos.

Os limites e as linhas orientadoras estabelecidas para a gestão deste risco procuram reduzir a sensibilidade da margem financeira às alterações na taxa de juro e, conseqüentemente, preservar o valor económico do balanço. Seguindo este objectivo, o Banco faz o *matching* em termos de prazos de *repricing* dos seus activos e passivos sempre que possível, não assumindo operações de montantes significativos de taxa fixa a médio longo prazo.

Para efeitos de acompanhamento, além da utilização da abordagem prudencial definida pelo Banco de Portugal na sua Instrução n.º 19/05, de 15 de Junho, o Banco desenvolveu um modelo de análise que efectua numa base mensal a medição do risco de taxa de juro, aplicando os factores de desconto a todos os *cash flows* líquidos (*gap* / posição) de cada operação individual, em vez de os aplicar aos *gap* organizados por bandas temporais (abordagem prudencial), obtendo desta forma uma maior precisão no cálculo da variável. Os resultados deste acompanhamento são analisados mensalmente em sede de CAGR.

iii) Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio consiste na possibilidade de movimentos adversos das taxas de câmbio virem a causar impactos negativos nos resultados ou no capital.

Os limites e as linhas orientadoras estabelecidas para a gestão deste risco espelham a atitude conservadora do Banco na assunção de riscos e define limites reduzidos para posições cambiais abertas.

O acompanhamento deste risco é feito pela FGR numa base diária através da análise da posição cambial global, bem como da análise periódica do comportamento da posição em aberto face ao comportamento de cada divisa. Os resultados deste acompanhamento também são analisados mensalmente em sede de CAGR.

- Risco Operacional

O risco operacional é definido como o risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação de operações, de fraudes internas e externas, da utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas.

O Banco reconhece o risco operacional como um risco potencialmente relevante na sua actividade e procura geri-lo dentro de limites aceitáveis através da implementação de um sistema de controlo interno adequado à sua actividade.

É preocupação do CA que a estrutura organizacional do Banco acompanhe a estratégia definida e o desenvolvimento da actividade, bem como a evolução dos requisitos prudenciais inerentes a essa actividade, tendo como **princípios fundamentais**:

- Definição de responsabilidades e competências;
- Princípios de ética e deontologia;
- Procedimentos de reporte e de controlo; e
- Segregação de funções.

Os documentos que formalizam as políticas e normas adoptadas pelo Banco são aprovados pelo CA e determinam a estratégia e os procedimentos gerais e a repartição de competências dos vários órgãos e departamentos em matéria de controlo interno e de gestão dos riscos.

Os **processos de negócio** mais relevantes e com maior risco operacional encontram-se detalhadamente documentados, e foram definidos de forma a garantir uma adequada segregação de funções considerando a dimensão, natureza e complexidade da actividade. Para cada um destes processos são definidos um ou mais responsáveis, aos quais compete assegurar o cumprimento dos procedimentos e mecanismos de controlo estabelecidos, bem como garantir as actualizações dos procedimentos às alterações da actividade.

As linhas de orientação definidas para a gestão do risco operacional são aprovadas pelo CA e encontram-se detalhadas em normativo interno próprio. O modelo adoptado de gestão de risco operacional baseia-se num **sistema de avaliação do risco inerente dos processos de negócio** e no **registo de ocorrências**, efectuado directamente pelas áreas onde estas situações ocorrem.

As ocorrências de risco operacional são classificadas utilizando uma tabela de riscos prevista na regulamentação do Banco de Portugal. Estas situações são reportadas e centralizadas na FGR que as analisa em conjunto com responsáveis departamentais, e sempre que aplicável, propõe alterações dos procedimentos instituídos nos processos de negócio ou noutra normativo interno, no sentido de mitigar o risco de uma nova ocorrência da mesma natureza. Após a conclusão deste processo de análise as ocorrências de risco operacional são reportadas ao CAGR.

Anualmente, a FGR efectua uma revisão do risco inerente a todos os processos de negócio do Banco sendo o resultado desta análise sujeito a apreciação pelo CAGR.

Ao nível da continuidade do negócio, o BAIE tem estabelecido um plano que compreende um conjunto integrado de políticas e procedimentos que visam assegurar o funcionamento contínuo do Banco, ou a recuperação atempada da sua actividade, no caso de ocorrência de eventos susceptíveis de perturbar o normal desenrolar do negócio, nomeadamente por implicarem a indisponibilidade das infraestruturas físicas, dos sistemas informáticos ou dos recursos humanos de forma isolada ou em simultâneo.

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) encontra-se documentado e integra-se nos processos críticos do BAIE, usando como referência as recomendações sobre gestão de continuidade de negócio, emitidas pelo Banco de Portugal.

Em caso de inacessibilidade total ou parcial do edifício da sede do Banco, em Lisboa, encontra-se contratualizado um espaço físico alternativo localizado na região periférica da cidade que inclui um *data center* que permite num curto espaço de tempo disponibilizar aos colaboradores do Banco vários postos

de trabalho com acesso a todos os dados actualizados e sistemas de informação críticos para a actividade.

Numa base semestral são efectuados exercício de teste no *data center* alternativo, procedendo-se em seguida, caso se revele necessário, à revisão do PCN. Este processo é acompanhado pelos responsáveis do DSI e do DAI, sendo reportado ao CAGR um relatório com o resultado dos testes efectuados.

Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, o BAIE desenvolveu um Plano de Segurança para as instalações da sua sede, realizando-se periodicamente, simulacros de incêndio, acções de sensibilização e formação, envolvendo todos os ocupantes efetivos do Banco.

- Risco de Compliance

O risco de compliance é o risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento das obrigações contratuais.

O Departamento de Compliance (DdC) desenvolve um trabalho de acompanhamento de forma a assegurar o cumprimento pelo Banco de todas as obrigações legais a que este se encontra sujeito.

Para o efeito, o DdC acompanha, de forma permanente, todas as alterações legais regulamentares e, atendendo às áreas de negócio em que o BAIE desenvolve a sua actividade, avaliando se essas alterações resultam em novas obrigações por parte do Banco. Sempre que essas alterações têm impacto na actividade, o DdC informa o CA e os respectivos departamentos abrangidos, avaliando, em conjunto com os respectivos responsáveis departamentais, as acções a desenvolver para que as novas obrigações sejam adequadamente cumpridas. Posteriormente, o DdC acompanha junto dos responsáveis departamentais o processo de implementação das ações definidas, reportando ao CAGR o resultado deste acompanhamento.

Este departamento é também responsável pela avaliação e acompanhamento dos procedimentos de controlo interno em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do

terrorismo, bem como pela centralização da informação e respectiva comunicação às autoridades competentes.

- Risco de Sistemas de Informação

O risco de sistemas de informação (SI) é o risco da ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, em resultado da inadaptação dos sistemas de informação a novas necessidades, da sua incapacidade para impedir acessos não autorizados, para garantir a integridade dos dados ou para assegurar a continuidade do negócio em caso de falha, bem como devido ao prosseguimento de uma estratégia desajustada nesta área.

As linhas orientadoras estabelecidas para a gestão do risco de SI espelham a postura conservadora do Banco na assunção de riscos. Esta baixa tolerância ao risco implica a gestão deste risco de forma a assegurar, numa base permanente, que os SI do Banco respondem às necessidades do negócio de forma integrada e que garantam a integridade dos dados em qualquer circunstância.

As linhas de orientação definidas para a gestão do risco de SI são aprovadas pelo CA e encontram-se detalhadas na Política de segurança de SI em normativo interno.

O processo de gestão de risco de SI compreende quatro fases:

- i. **Identificação** – Nesta fase identifica-se o risco de SI com o objectivo de conhecer e estimar os riscos a que os SI estão potencialmente expostos e define-se ainda as medidas de mitigação. A responsabilidade pelo desenvolvimento desta fase compete à responsável pelo Departamento de SI (RDSI), sendo formalizada na Matriz de Risco dos SI e revista numa base anual.
- ii. **Implementação** - Tem como objectivo implementar os controlos necessários à mitigação do risco de SI.
- iii. **Controlo** - Tem como objectivo controlar a aplicação do sistema de gestão de risco de SI e a sua eficácia, abrangendo a identificação e comunicação por parte dos utilizadores dos SI à FGR de ocorrências com potencial risco para os SI e a análise e avaliação por parte da RDSI do impacto das ocorrências e a definição de medidas correctivas e preventivas.
- iv. **Acompanhamento** – compreende a análise e elaboração de reportes para o CAGR sobre as ocorrências com potencial risco para os SI e a avaliação da adequação das medidas correctivas tomadas, bem como a identificação de oportunidades de melhoria do sistema de gestão de risco de SI.

Análise Financeira

Apresenta-se, de seguida, uma breve análise financeira da actividade do BAIE em 2013.

Demonstração de Resultados

	31-Dez-13	31-Dez-12 Reexpresso	Δ
Juros e rendimentos similares	16 647 712	26 400 607	-36,9%
Juros e encargos similares	(9 166 493)	(18 103 358)	-49,4%
Margem Financeira (MF)	7 481 219	8 297 249	-9,8%
Operações Financeiras (OF)	1 967 459	2 823 786	-30,3%
Margem bruta (MF+OF)	9 448 678	11 121 035	-15,0%
Comissões Líquidas (CL)	1 286 361	1 606 139	-19,9%
Outros Resultados Operacionais (ORO)	(990 794)	(966 913)	2,5%
Produto Bancário (PB=MF+MC+ORO)	9 744 245	11 760 261	-17,1%
Custos de Funcionamento (CF)	(3 464 747)	(3 522 932)	-1,7%
EBITA (PB-CF)	6 279 498	8 237 329	-23,8%
Amortizações do exercício (A)	(94 645)	(59 229)	59,8%
Provisões e imparidade líquidas constituídas	(659 405)	(107 671)	512,4%
Resultado antes de impostos	5 525 448	8 070 429	-31,5%
Impostos	(1 999 335)	(2 734 244)	-26,9%
Resultado líquido do exercício	3 526 113	5 336 185	-33,9%
Cost to income [(CF+A)/PB]	-36,5%	-30,5%	19,9%

No final de 2013, o BAIE alcançou um **resultado líquido do exercício** de EUR 3 526 mil, que comparando com EUR 5 336 mil (reexpresso) apurados no final do exercício anterior, reflecte um decréscimo de cerca 34%.

A **margem financeira** regista uma diminuição em termos homólogos de aproximadamente -10% (-EUR 816 mil) penalizada pela significativa redução de volume médio de activos creditícios (-EUR 239 888 mil; -20,5%) associada ao processo de desalavancagem do balanço. A variável preço regista neste mesmo período um comportamento muito positivo atenuado o efeito adverso da variável volume. As classes de activos que contribuíram para esta melhoria foram a carteira de crédito a clientes e as aplicações em instituições de crédito, sendo que a carteira de títulos, ao contrário do ano de 2012, apresentou uma redução das taxas remuneratórias decorrente da gradual estabilização ocorrida durante 2013 nos mercados de dívida portuguesa pública e privada de curto prazo (bilhetes de tesouro e papel comercial).

O resultado com **operações financeiras** reduziu em cerca de 30%, atribuível a i) um menor montante de ganhos realizados da carteira de activos financeiros disponíveis para venda (informação desta rubrica referente ao exercício de 2012 foi reexpressa - ver notas às Demonstrações Financeiras 2.1 e 2.13) e ii) à diminuição da actividade com operações cambiais na área de negócio de Serviço de Banco Correspondente.

Em 2013 verifica-se uma variação homóloga negativa das **comissões líquidas** em cerca de -20% (-EUR 320 mil). O comportamento desta rubrica decorre fundamentalmente do decréscimo dos proveitos com comissões por operações de crédito a clientes e de créditos documentários.

Os **outros resultados operacionais** apresentam um aumento do gasto líquido de 2013, reflectindo a introdução de um novo encargo recorrente para actividade, a contribuição para o Fundo de Resolução, não obstante, o efeito atenuante da diminuição do gasto associado à contribuição extraordinária sobre o Sector Bancário (redução da base de incidência que corresponde ao volume de médio anual de passivos do ano transacto).

Os **custos de funcionamento** totalizaram EUR 3 465 mil, o que traduz uma ligeira redução face ao período homólogo (-1,7%), correspondendo também a reduções nas suas componentes agregadoras, -1,9% nos gastos com pessoal, associada a um ligeira redução do quadro de pessoal e ao início do novo mandato dos órgãos sociais do Banco, e -1,2% nos gastos gerais administrativos, decorrente da manutenção de uma política de gestão racional dos custos de estrutura. Consequentemente, a deterioração do rácio *cost to income*, para valores próximos dos 37% foi motivada exclusivamente pela redução do Produto Bancário.

O aumento líquido da rubrica de **provisões e imparidade líquidas constituídas** em 2013 resulta exclusivamente do reforço das provisões regulamentares para risco país, associado à concessão de crédito a contrapartes residentes em Angola.

Balanço

	31-Dez-13	31-Dez-12 Reexpresso	Δ
Activos financeiros:			
Disponibilidades	124 097 132	215 098 616	-42,3%
Aplicações em instituições de crédito	586 644 693	735 567 315	-20,2%
Crédito a clientes	117 821 087	112 974 942	4,3%
Investimentos detidos até à maturidade	14 577 303	100 213 724	-85,5%
Outros activos financeiros	12 575 537	13 362 625	-5,9%
Total activos financeiros	855 715 752	1 177 217 222	-27,3%
Activos não financeiros	2 987 083	3 228 346	-7,5%
Total activos	858 702 835	1 180 445 568	-27,3%
Passivos financeiros:			
Recursos de instituições de crédito	723 710 210	1 030 972 427	-29,8%
Recursos de clientes	67 526 975	80 681 136	-16,3%
Outros passivos financeiros	2 662 393	5 624 055	-52,7%
Total passivos financeiros	793 899 578	1 117 277 618	-28,9%
Outros passivos não financeiros	2 697 876	4 625 863	-41,7%
Capital	40 000 000	40 000 000	0,0%
Reservas de reavaliação	54 640	(208 202)	-126,2%
Outras reservas e resultados transitados	18 524 628	13 414 104	38,1%
Resultado do exercício	3 526 113	5 336 185	-33,9%
Total passivos e capital próprio	858 702 835	1 180 445 568	-27,3%

Em 2013, destaca-se o reforço da solidez financeira e a manutenção do processo de desalvancagem do balanço (-27,3%). Em termos médios, a redução do balanço foi menos acentuada (-19,2%).

Este comportamento do activo resultou de uma diminuição significativa do volume da actividade no mercado interbancário e da carteira de títulos detidos até à maturidade.

A carteira de crédito a clientes destaca-se como a única rubrica que observa um aumento face a 2012 (+4,3%), facto que fica a dever-se à concessão de novas operações de financiamento já na parte final do exercício, pelo que os valores médios da carteira de crédito a clientes registados em 2013 foram inferiores aos valores médios verificados no ano anterior.

No final de 2013, o indicador de solvabilidade rácio Core Tier 1 apresenta um reforço assinalável, passando de 14,7% para 22,9%, alcançado através do aumento dos fundos próprios gerados internamente conjugado com a redução de volume de activos ponderados. Este indicador demonstra uma elevada solidez financeira, tendo em conta que é confortavelmente superior ao limite mínimo de 10,0% definido pela entidade de supervisão bancária.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que ao Resultado Líquido apurado no exercício de 2013, no valor de Euros 3 526 113, lhe seja dada a seguinte aplicação

- | | |
|---|-----------|
| • Transferido para Resultados Transitados | 2 820 890 |
| • Transferido para Reservas Legais | 705 223 |

Lisboa, 17 de Março de 2014

O Conselho de Administração

José Tavares Moreira
Presidente

António Pinto Duarte
Vice-Presidente

Omar Guerra
Vogal

Banco BAI Europa, S.A.
Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2013

	Notas	31-Dez-13			31-Dez-12 Reexpresso	Notas	31-Dez-13	31-Dez-12 Reexpresso
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido				
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	43 018 443	-	43 018 443	32 233 626	16	355 556 489	402 488 661
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	81 078 689	-	81 078 689	182 864 990	5	-	320 986
Activos financeiros detidos para negociação	5	-	-	-	-	6	2 662 393	5 303 069
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	6	2 662 393	-	2 662 393	5 303 069	16	368 153 721	628 483 766
Activos financeiros disponíveis para venda	7, 18	9 202 286	(237 611)	8 964 675	7 111 087	17	67 526 975	80 681 136
Aplicações em instituições de crédito	8, 18	587 699 804	(1 055 111)	586 644 693	735 567 315		-	-
Crédito a clientes	9, 18	123 833 357	(6 012 270)	117 821 087	112 974 942		-	-
Investimentos detidos até à maturidade	10, 18	14 596 085	(18 782)	14 577 303	100 213 724		-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-		-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-	18	1 121 604	1 038 216
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-	14	38 218	1 051 930
Propriedades de investimento		-	-	-	-	14	-	54 969
Outros activos tangíveis	11	1 438 926	(1 195 869)	243 057	307 925		-	-
Activos intangíveis	12, 18	722 997	(709 996)	13 001	6 740		-	-
Investimentos em filiais e associadas	13	948 469	-	948 469	948 469	19	1 538 054	2 480 748
Activos por impostos correntes		-	-	-	-		-	-
Activos por impostos diferidos	14	856 474	-	856 474	894 596		-	-
Outros activos	15, 18	2 611 003	(736 453)	1 874 551	2 019 085		-	-
Total de Activo		868 668 926	(9 966 092)	858 702 835	1 180 445 568		796 597 454	1 121 903 481
Passivo								
Recursos de bancos centrais						20	40 000 000	40 000 000
Passivos financeiros detidos para negociação							-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados							-	-
Recursos de outras instituições de crédito						20	54 640	(208 202)
Recursos de clientes e outros empréstimos						20	18 524 628	13 414 104
Responsabilidades representadas por títulos						20	3 526 113	5 336 185
Passivos financeiros associados a activos transferidos							-	-
Derivados de cobertura							-	-
Passivos não correntes detidos para venda							-	-
Provisões							-	-
Passivos por impostos correntes							-	-
Passivos por impostos diferidos							-	-
Instrumentos representativos de capital							-	-
Outros passivos subordinados							-	-
Outros passivos							-	-
Total de Passivo							62 105 381	58 542 087
Capital Próprio							858 702 835	1 180 445 568
Capital								
Prémios de emissão								
Outros instrumentos de capital								
(Acções próprias)								
Reservas de reavaliação								
Outras reservas e resultados transitados								
Resultado do exercício								
(Dividendos antecipados)								
Total de Capital Próprio							62 105 381	58 542 087
Total de Passivo + Capital Próprio							858 702 835	1 180 445 568

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANCO BAI EUROPA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31-Dez-13	31-Dez-12 Reexpresso
Juros e rendimentos similares	21	16 647 712	26 400 607
Juros e gastos similares	21	(9 166 493)	(18 103 358)
Margem financeira	21	7 481 219	8 297 249
Rendimentos de serviços e comissões	22	1 445 406	1 830 401
Encargos com serviços e comissões	22	(159 045)	(224 262)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	23	35 058	20 508
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	24	512 479	1 139 433
Resultados de reavaliação cambial	2.3	1 419 922	1 663 845
Outros resultados de exploração	25	(990 794)	(966 913)
Produto bancário		9 744 245	11 760 261
Custos com pessoal	26	(2 097 482)	(2 138 421)
Gastos gerais administrativos	27	(1 367 265)	(1 384 511)
Amortizações do exercício	11, 12	(94 645)	(59 229)
Provisões líquidas de reposições e anulações	18	(83 387)	(229 898)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	18	(576 018)	(527 456)
Imparidade e provisões risco país de outros activos financeiros líquidas de reversões e recuperações	18	-	1 155 896
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	-	(506 213)
Resultado antes de impostos		5 525 448	8 070 429
Impostos	28	(1 999 335)	(2 734 244)
Correntes	28	(1 934 612)	(2 799 321)
Diferidos	28	(64 723)	65 077
Resultado após impostos		3 526 113	5 336 185
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		3 526 113	5 336 185
Resultado por acção		0,44	0,67

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Montantes expressos em euros)

	31-Dez-13	31-Dez-12 Reexpresso
Resultado do exercício	3 526 113	5 336 185
Items que não reclassificam por resultados		
Ganhos e perdas actuariais acumulados de benefícios de longo prazo	(225 661)	121 162
Impacto fiscal	55 240	622
Items que reclassificam por resultados		
Reserva de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	181 272	370 717
Impacto fiscal	26 330	(112 720)
Resultado não incluído na demonstração de resultados	37.181	379.782
Rendimento integral do exercício	3 563 294	5 715 967

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANCO BAI EUROPA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	Capital	Prémios de emissão	Resultados transitados	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Resultado do exercício	Total Capital
Saldos a 1 de Janeiro de 2012	40 000 000	-	6 210 155	1 654 003	1 051 802	3 918 982	52 834 942
Efeito da reexpressão	-	-	1 509 802	-	(1 509 802)	-	-
Saldos em 1 de Janeiro de 2012 (reexpressos)	40 000 000	-	7 719 957	1 654 003	(458 000)	3 918 982	52 834 942
Incorporação em resultados transitados e reservas legais do resultado líquido de 2011	-	-	3 135 185	783 797	-	(3 918 982)	-
Reservas reavaliação: activos disponíveis para venda	-	-	-	-	989 108	-	989 108
Correcção retrospectiva erro contabilístico - IAS 8 (nota 2.13)	-	-	-	-	(739 310)	739 310	-
Ganhos e perdas actuariais acumulados de benefícios longo prazo	-	-	121 162	-	-	-	121 162
Resultado gerado no exercício 2012	-	-	-	-	-	4 596 875	4 596 875
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (reexpressos)	40 000 000	-	10 976 304	2 437 800	(208 202)	5 336 185	58 542 087
Incorporação em resultados transitados e reservas legais do resultado líquido de 2012	-	-	4 416 811	919 374	-	(5 336 185)	-
Reservas reavaliação	-	-	-	-	262 842	-	262 842
Ganhos e perdas actuariais acumulados de benefícios longo prazo	-	-	(225 661)	-	-	-	(225 661)
Resultado gerado no exercício de 2013	-	-	-	-	-	3 526 113	3 526 113
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	40 000 000	-	15 167 454	3 357 174	54 640	3 526 113	62 105 381

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANCO BAI EUROPA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2013

(Montantes expressos em euros)

	31-Dez-13	31-Dez-12 Reexpresso
Actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	20 193 909	25 843 642
Juros, comissões e outros custos pagos	(11 387 610)	(17 046 371)
Resultados cambiais e de outras operações financeiras	(1 506 682)	1 286 714
Pagamento a empregados e fornecedores	(3 167 952)	(3 631 097)
Fluxo líquido operacional antes das variações nos activos e passivos	4 131 665	6 452 888
Diminuições (aumentos) em:		
Investimentos detidos até à maturidade	85 563 473	(19 564 983)
Aplicações em instituições de crédito	147 498 679	367 191 294
Crédito a clientes	(6 113 421)	10 072 010
Outros activos	(40 057)	17 427
Fluxo líquido proveniente de activos operacionais	226 908 674	357 715 748
Aumentos (diminuições) em:		
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	(305 455 854)	(302 140 877)
Recursos de clientes	(13 193 509)	15 847 062
Outros passivos e contas de regularização	(1 196 300)	1 758 608
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais	(319 845 663)	(284 535 207)
Contribuição para responsabilidades com pensões de reforma	-	-
Pagamento de impostos sobre lucros	(2 933 062)	(2 778 701)
Pagamento de outros impostos	(733 522)	(890 762)
Caixa líquida das actividades operacionais	(92 471 908)	75 963 966
Actividades de investimento		
Rendimento de activos financeiros disponíveis para venda	512 479	150 748
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(1 646 691)	14 659 539
Aquisições de outros activos financeiros ao justo valor líquidas de alienações	2 640 675	1 755 555
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(36 039)	(80 115)
Caixa líquida das actividades de investimento	1 470 424	16 485 727
Actividades de financiamento		
Juros de passivos subordinados	-	(60 390)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	-	(4 500 000)
Caixa líquida das actividades de financiamento	-	(4 560 390)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(91 001 484)	87 889 303
Caixa e seus equivalentes no início do período (notas 3 e 4)	215 098 616	127 209 313
Caixa e seus equivalentes no final do período (notas 3 e 4)	124 097 132	215 098 616

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Banco BAI Europa, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)

1 Introdução

O BANCO BAI EUROPA, S.A. (adiante também designado por “BAIE” ou “Banco”) tem sede em Lisboa, foi constituído em 26 de Agosto de 2002 ao abrigo da autorização concedida por Portaria da Ministra de Estado e das Finanças, de 10 de Maio de 2002, sucedendo à Sucursal do BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS, S.A. (“BAI”) em Portugal e tem como objecto o exercício da actividade bancária.

A Sucursal do BAI em Portugal foi constituída em Lisboa ao abrigo do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras - RGICSF), tendo o seu estabelecimento sido autorizado pela Portaria nº 4/97, de 7 de Janeiro, do Ministro das Finanças, com o capital afecto de PTE 3.500.000.000, redenominado em Euros 17.457.926, realizado pela importação de capitais oriundos do BAI.

O BAI é um banco com capitais privados e com sede em Luanda, Angola, tendo sido constituído em 13 de Novembro de 1996, com o objecto social do exercício da actividade bancária, nos termos definidos pelo Banco Nacional de Angola (BNA). A sua actividade comercial foi iniciada em 4 de Novembro de 1997. Em 4 de Maio de 2008 alterou a sua denominação social de sociedade anónima de responsabilidade limitada (S.A.R.L.) para sociedade anónima (S.A.). Em 11 de Janeiro de 2011 o BAI alterou a sua designação de BANCO AFRICANO DE INVESTIMENTOS, S.A. para BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS, S.A.. O BAIE faz parte do Grupo BAI.

Actualmente o Banco exerce a sua actividade através da sua sede e de um balcão em Lisboa e de um escritório no Porto.

A actividade do BAIE está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, sendo considerado uma instituição financeira de acordo com o RGICSF.

2. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

As Demonstrações financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do BAIE e processadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e nas Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia (UE) no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, excepto quanto às seguintes matérias:

- i) Valorimetria dos créditos a clientes e outros valores a receber – Na data do reconhecimento inicial são registados pelo valor nominal, sendo a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes reconhecida segundo a regra de *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- ii) Provisionamento de créditos a clientes e outros valores a receber – As provisões para esta classe de activos financeiros encontram-se sujeitas a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e risco-país, nos termos definidos no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 8/2003 e n.º 3/2005; e
- iii) Activos tangíveis – Na data do reconhecimento inicial são registados ao custo de aquisição, mantendo-se subsequentemente ao custo histórico, salvo quando se verificarem reavaliações legalmente autorizadas.

As IAS/IFRS são as normas e interpretações adoptadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que compreendem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standard Interpretation Committee* (SIC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco em 17 de Março de 2014 e estão pendentes de aprovação em assembleia-geral de accionistas. No entanto, é do entendimento do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

No final do primeiro semestre de 2013 foi detectado um erro referente a períodos anteriores, resultante da interpretação incorreta de informação que se encontrava disponível.

De forma sucinta, o Banco detectou que os resultados potenciais que haviam sido reconhecidos na Reserva de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, relativamente ao investimento detido num fundo de investimento, incorporavam ganhos realizados gerados com distribuição antecipada de resultados que, pela sua natureza, já deveriam ter sido reconhecidos em resultados nos exercícios em que foram gerados.

Desta forma, atendendo a que uma parte significativa da correcção do erro identificado corresponde a resultados de exercícios anteriores, de acordo com a IAS 8, a informação comparativa relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, incluindo os saldos de abertura com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, foi reexpressa reflectindo retroativamente a correcção daquele erro. Assim, os resultados do exercício de 2012 aumentaram em Euros 739 310 e o efeito remanescente foi reconhecido em resultados transitados com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, no montante de Euros 1 509 802. A descrição e o impacto da respectiva correcção encontra-se apresentado na nota 2.13.

2.2 Uso de estimativas nas demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras requer que a gestão do Banco adopte pressupostos e efectue estimativas que afectam activos, passivos, réditos e custos, nomeadamente nas áreas de:

Provisões para crédito concedido e de perdas por imparidade em outros activos

O Banco aprecia mensalmente a sua carteira de crédito concedido no sentido de apurar sobre a necessidade de provisões para crédito adicionais face aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal nos termos do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais (nota 2.4.1.3).

Com excepção dos activos valorizados ao justo valor através de resultados, os restantes activos (investimentos detidos até à maturidade, empréstimos concedidos e contas a receber, activos financeiros detidos para venda, outros activos tangíveis, activos intangíveis e activos recebidos em dação por recuperação de créditos) são sujeitos a uma análise específica em cada data de balanço para determinar a existência de perdas por imparidade. A determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade.

Impostos sobre lucros

O Banco reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

Justo valor de derivados e activos financeiros não cotados

O justo valor de instrumentos financeiros derivados e activos financeiros não cotados (i.e. não negociados em mercados activos) foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado ou de entidades terceiras (notas 32). Os resultados alcançados com estes modelos dependem dos pressupostos utilizados.

Pensões de reforma e outros

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e o rendimento dos Fundos de Pensões constituídos para cobrir estas responsabilidades são estimados com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários e de rendimento futuro dos fundos de pensões (nota 30). Estes pressupostos são baseados nas expectativas do BAIE à data de balanço, para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

2.3 Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira (IAS 21)

As demonstrações financeiras são expressas na moeda funcional, Euros, em virtude de ser a moeda utilizada no ambiente económico principal em que o Banco opera.

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados nas respectivas moedas de denominação (sistema *multi-currency*).

A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada da seguinte forma:

- i) Os activos e passivos monetários são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data de balanço;
- ii) Os activos e passivos não monetários valorizados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da transacção; e
- iii) Os activos e passivos não monetários valorizados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial das posições líquidas são reflectidas em resultados do exercício, na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

A posição líquida cambial à vista numa moeda resulta do saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição líquida cambial a prazo numa moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A conversão dos réditos e dos custos em moedas estrangeiras é efectuada numa base mensal ao câmbio do final do mês.

As taxas de câmbio utilizadas no processo de conversão para a moeda funcional dos activos, passivos, réditos e custo expressos em moeda estrangeira, são as taxas divulgadas a título indicativo pelo Banco Central Europeu, designadas por taxas *fixing*.

Com o objectivo de mitigação da sua exposição ao risco cambial, o BAIE utiliza instrumentos financeiros derivados como "*forwards* cambiais" e "*swaps* cambiais". As políticas contabilísticas utilizadas no registo destas operações são descritas nas notas 2.4.2 e 2.4.6..

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Crédito a clientes e outros valores a receber

2.4.1.1 Valorimetria, reconhecimento inicial e subsequente (Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal):

O crédito e outros valores a receber compreende todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Conforme referido na nota 2.1, estes activos financeiros são inicialmente registados pelo valor nominal, que em geral, no momento inicial, coincide com o justo valor. Posteriormente, a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes é reconhecida segundo a regra de *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês.

O rédito referente a comissões por serviços prestados que sejam directamente associadas a operações de crédito é reconhecido ao longo do período da execução do serviço.

O Banco procede ao abate de créditos ao activo (*write-offs*) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

2.4.1.2 Desreconhecimento (IAS 39)

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.4.1.3 Provisão (Aviso n.º 3/95 e IAS 39)

As carteiras de créditos a clientes (nota 9), de garantias prestadas e compromissos irrevogáveis registados (nota 29) encontram-se sujeitas a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e de risco-país, nos termos definidos no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 8/2003 e n.º 3/2005.

Adicionalmente, nos termos da IAS 39, o Banco efectua a análise da carteira de crédito a clientes, numa base individual, para detectar situações de evidência de imparidade de acordo com a IAS 39, designadamente através de verificação da existência de indicadores de evidência objectiva de imparidade tal como definidos na IAS 39. Estes eventos podem ser indicadores de evidência objectiva de imparidade, todavia, em algumas circunstâncias, a determinação do valor das perdas por imparidade implica a utilização do julgamento profissional por parte do Departamento de Risco de Crédito e da administração executiva do Banco. Para as exposições em que o montante estimado de perda por imparidade for superior às provisões constituídas nos termos do quadro mínimo regulamentar, é efectuado um reforço do nível de provisionamento para outros créditos de cobrança duvidosa.

a) Provisões para risco específico de crédito

As provisões para risco específico de crédito são constituídas para crédito, títulos e juros vencidos e para outros créditos de cobrança duvidosa.

As provisões para crédito, títulos e juros vencidos destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança de créditos com prestações de capital ou juros vencidos não regularizados (nota 18), dependendo de eventuais garantias existentes e sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento (escalonamento temporal).

A prorrogação ou renovação dos créditos vencidos relativamente aos quais não foram integralmente pagos os juros ou encargos vencidos não interrompe o escalonamento temporal referido no parágrafo anterior, nem determina a isenção de constituição das respectivas provisões para crédito e juros vencidos.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas, designadamente:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - I) Excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
 - II) Estarem em incumprimento há mais de:
 - Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 e inferior a 10 anos;
 - Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.
- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativamente a esse cliente, excederem 25 % do crédito total, acrescido dos juros vencidos.

b) Riscos gerais de crédito

Estas provisões são constituídas para fazer face a riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho. De acordo com o regime disposto neste Aviso, estas provisões deverão corresponder a 1,5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada e a um mínimo de 1% do restante crédito a clientes e não titulado concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza idêntica (nota 18).

c) Provisões para risco-país

As provisões para risco-país são constituídas para fazer face ao risco imputado a todos os activos financeiros, i.e. não só activos registados na categoria de crédito a clientes e outros valores a receber, como também elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco (nota 18).

O regime de constituição destas provisões é o que está previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, na Instrução do Banco de Portugal n.º 94/96, publicada no Boletim de Normas e Informações n.º 1, de 17 de Junho de 1996 e em Carta do Banco de Portugal sob a referência 46/07/DSBDR, de 22 de Junho.

d) Anulação de juros (Aviso n.º 3/95)

Os juros vencidos e não cobrados são contabilizados como juros vencidos a regularizar na data em que a cobrança se deveria ter efectivado, ficando a aguardar, pelo período máximo de 90 dias, a respectiva regularização.

Decorrido este prazo, é suspensa a contabilização dos juros em contas de proveitos relativamente ao capital registado em crédito vencido e são anulados os juros contados a partir da última prestação de juros paga, com excepção das operações de crédito com garantia das entidades indicadas no Aviso n.º 3/95 que continuarão a ser contabilizados como proveitos, durante todo o tempo em que os créditos se mantenham nesta situação. Igual tratamento será dado aos juros de créditos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura, prudentemente avaliado.

2.4.2 Activos financeiros ao justo valor através de resultados (IAS 39)

Nesta categoria encontram-se registados activos financeiros detidos para negociação, que corresponde essencialmente a instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada “uma falta de balanceamento contabilística”);
- um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo a IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados com valor positivo, também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura (nota 2.4.8).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos no resultado do exercício nas contas de “Resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados”. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

Esta categoria de activo financeiro é abrangida pelo regime de constituição de provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.3.

2.4.3 Investimentos detidos até à maturidade (IAS 39)

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de deter até aos respectivos vencimentos previstos. Nesta categoria encontra-se registada essencialmente a carteira de papel comercial e uma parte da carteira de obrigações.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos financeiros são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo, deduzido de eventuais perdas por imparidade e de provisões para risco-país.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente todos os recebimentos ou pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto na quantia escriturada desse instrumento.

A IAS 39 considera as seguintes situações como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mensurados ao custo amortizado:

- Significativa dificuldade financeira do devedor ou do emissor da dívida;
- Incumprimentos contratuais relacionados com pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturações dos planos financeiros do crédito para prazos mais dilatados;
- Probabilidade significativa de processo de falência ou reestruturação financeira do devedor;
- Desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro em virtude de dificuldades financeiras;
- Histórico de incumprimento ou atraso nos pagamentos do plano financeiro do crédito;
- Condições económicas adversas que se correlacionam com o efectivo ou potencial incumprimento por parte do devedor.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são abrangidos pelo regime de constituição de provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.3.

2.4.4 Empréstimos concedidos e contas a receber (IAS 39)

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos nas restantes categorias de activos financeiros acima referidas. Actualmente, esta categoria abrange apenas valores a receber de instituições de crédito.

A mensuração inicial e subsequente destes activos financeiros é em tudo idêntica à dos investimentos detidos até à maturidade (nota 2.4.3).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são abrangidos pelo regime de constituição de provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.3.

2.4.5 Activos financeiros disponíveis para venda (IAS 39)

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção do Banco é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

A evidência de imparidade resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, designadamente:

- (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação de montante superior a 30% do respectivo valor de aquisição, e
- (ii) para títulos não cotados, quando se verifica um evento (ou eventos) que tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, ou quando os títulos são avaliados por entidades independentes e se essas avaliações apresentam uma desvalorização contínua, significativa e inesperada face à estratégia de investimento e rentabilidade inicialmente estimada.

O BAIE regista actualmente nesta categoria instrumentos de capital, instrumentos de dívida e unidades de participações fundos de investimento (nota 7).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são abrangidos pelo regime de constituição de provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.3.

2.4.6 Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (IAS 39)

Esta categoria inclui os passivos financeiros detidos para negociação que, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura, correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa (nota 2.4.8), e aos passivos financeiros designados na opção de justo valor. Um passivo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Os passivos financeiros que se encontram classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos no resultado do exercício na rubrica de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os passivos que cumpram os requisitos enumerados na nota 2.4.2.

2.4.7 Outros passivos financeiros (IAS 39)

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu justo valor acrescido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos financeiros são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo.

2.4.8 Instrumentos financeiros derivados (IAS 39)

Os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negocia os contratos e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercado cotados em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rentabilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não seja mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração de resultados.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nominal).

O Banco só possui derivados de negociação nos termos da IAS 39, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

2.5 Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis (Aviso n.º 1/2005, Instruções n.º 23/2004 e n.º 4/96)

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões e outros réditos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações (nota 29).

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição de provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.3.

2.6 Outros activos tangíveis e locações (IAS 16, Aviso n.º1/2005 e IAS 17)

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações e perdas por imparidade. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o número de anos de vida útil esperada, os quais se situam dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal Portuguesa, como a seguir se indica:

	Número de anos
Imobilizações em edifícios arrendados	10
Equipamento	3 a 5
Outras imobilizações corpóreas	4 a 12

O custo de aquisição inclui despesas que sejam directamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, nas contas de “Gastos gerais administrativos”.

De acordo com a IAS 16, estes activos encontram-se sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias que indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável resulta do maior entre dois valores, o valor de mercado do activo deduzido de custos e o seu valor de uso.

Conforme a IAS 17, o Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são substancialmente transferidos para o locatário. As restantes operações são classificadas como locações operacionais.

O Banco enquanto locatário, regista os contratos classificados como de locação financeira da seguinte forma:

- i) No seu início, o bem em regime de locação financeira é registado no activo em “Outros activos tangíveis” e no passivo em “Outros passivos” pelo seu justo valor que é equivalente ao seu custo de aquisição;
- ii) Subsequentemente, aquando da liquidação das rendas, a parte referente ao encargo financeiro (juros) é registada em resultado em “Juros e encargos similares”. A parte respeitante à amortização financeira do capital é deduzida à dívida registada no passivo.

Os contratos classificados como de locação operacional são registados em resultados em “Gastos gerais administrativos” no período a que respeitam.

O Banco actualmente não realiza operações de locação como locador.

2.7 Activos intangíveis (IAS 38)

Esta rubrica compreende os custos de aquisição, desenvolvimento e implementação de software para ser utilizado na actividade do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade e amortizações pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

O Banco não reconhece activos intangíveis gerados internamente.

2.8 Investimentos em associadas (IAS 28)

Esta rubrica inclui a participação de 17% do capital e direito de voto numa empresa em que o BAIE exerce influência significativa. Este activo é registado ao custo histórico (nota 13).

A participação financeira é expressa em moeda estrangeira tendo sido convertida para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da respectiva aquisição (nota 2.3).

2.9 Impostos sobre lucros (IAS 12)

O BAIE está sujeito ao regime fiscal consignado no Código sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) e do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício às taxas de imposto legalmente em vigor em Portugal para o período em que reportam os resultados, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à

matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao montante do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal. Caso se verificarem prejuízos fiscais reportáveis e créditos fiscais, estes são também registados como activos por imposto diferido.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

À presente data, de acordo com a legislação portuguesa, os prejuízos fiscais ocorridos em exercícios iniciados em 2013 são reportáveis durante um período de 5 anos (6 anos para os incorridos até 2009 e 4 anos para os incorridos em 2010 e 2011) após a sua ocorrência, sendo susceptíveis de dedução com o limite de 75% dos lucros fiscais gerados durante esse período.

Não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Não são igualmente registados activos por impostos diferidos referentes a participações financeiras em associadas, por não ser provável que a diferença reverta no futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do BAIE dizem respeito a provisões temporariamente não dedutíveis, activos financeiros disponíveis para venda e benefícios a empregados de longo prazo.

Os impostos diferidos são calculados utilizando taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.10 Benefícios dos empregados (IAS 19)

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com a IAS 19. Os principais benefícios de empregados são pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde pós-emprego, outros e benefícios de longo prazo e benefícios de curto prazo:

2.10.1 Pensões de reforma e de sobrevivência e encargos com saúde

De acordo com o Plano de Pensões anexo ao contrato de adesão ao Fundo de pensões da PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o BAIE assume o compromisso de atribuir aos seus colaboradores que se encontram abrangidos em matéria de segurança social pelo Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português (ACTV) ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência. Presentemente, estas prestações consistem numa percentagem crescente do número de anos de serviço do colaborador na banca, aplicada aos seus salários. Nesta medida, o plano classifica-se como um plano de benefício definido.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º1-A/2011, de 3 de Janeiro, os colaboradores abrangidos pelo ACTV que se encontravam em idade activa a 4 de Janeiro de 2011, passaram a ser abrangidos desde essa data pelo Regime Geral da Segurança Social (RGSS), no que se refere apenas ao benefício de reforma de velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção, cujos encargos o Banco deixou de suportar. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do ACTV, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

O BAIE determina numa base anual o valor total destas responsabilidades, através de cálculos efectuados por actuários independentes, utilizando o método “*Unit Credit Projected*”, e pressupostos actuariais considerados

adequados (nota 30). O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma e sobrevivência, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (Serviços de Assistência Medico-Social- SAMS).

Os pressupostos actuariais têm por base as expectativas de crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas por algumas instituições que operam no mercado financeiro português. A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Até 4 de Janeiro de 2011 as responsabilidades eram exclusivamente financiadas por um fundo de pensões, sendo reconhecido em balanço na rubrica “Outros passivos” ou “Outros activos” o montante correspondente à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos do fundo de pensões à data do balanço, caso aplicável, ajustado pelos ganhos e perdas actuariais diferidos, consoante o valor dessa diferença seja positivo ou negativo. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data de balanço. Da aplicação do acima referido Decreto-Lei n.º1-A/2011, o plano de benefícios definido para os colaboradores abrangidos pelo ACTV no que se refere ao benefício de reforma de velhice, passa a ser financiado pelo fundo de pensões, na parte respeitante a responsabilidade por serviços passados até 4 Janeiro de 2011, e pela Segurança Social, na parte respeitante a serviços passados após essa data. Assim, a partir de 2011, o custo do serviço corrente e o acréscimo anual de responsabilidades por serviços passados reduziram-se e o Banco, desde do início desse ano, passou a suportar um encargo adicional que corresponde a uma taxa (Taxa Social Única - TSU) de 23,6% que incide sobre a generalidade das retribuições pagas aos seus empregados abrangidos pelo ACTV.

Em 1 de Janeiro de 2011 procedeu-se à alteração da política contabilística de mensuração dos ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais (ganhos e perdas actuariais ou GPA).

Até 31 de Dezembro de 2010 os GPA eram diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite do maior dos valores apurados à data do balanço entre o montante correspondente a 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados e o montante correspondente a 10% do valor do fundo de pensões. Caso os ganhos e perdas actuariais excedessem o valor do corredor, esse excesso era reconhecido em resultados pelo período de tempo médio remanescente de serviço dos colaboradores no activo abrangidos pelo plano.

A partir de 1 Janeiro de 2011 os GPA passaram a ser reconhecidos na rubrica de “resultados transitados” em capital próprio, e apresentados na Demonstração de Rendimento Integral.

Os acréscimos de responsabilidades com serviços passados, nomeadamente os decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada são reconhecidos como custos em resultados no período em que ocorrem.

Adicionalmente, o Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal obriga a um financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e a um nível de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de colaboradores no activo.

O Banco não adoptou o regime transitório estabelecido pelo Aviso n.º 4/2005, do Banco de Portugal, que permitia o diferimento dos impactos decorrentes da adopção da IAS 19 – Benefícios aos empregados, tendo reconhecido os mesmos em resultados transitados, de acordo com o previsto nas IFRS.

Os custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por pensões de reforma:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades; e
- rendimento esperado do fundo de pensões.

2.10.2 Outros benefícios de longo prazo

Nos termos da cláusula 150 do ACTV, o Banco assumiu a responsabilidade de atribuir aos seus Colaboradores que se encontrem abrangidos neste regime e se encontrem no activo, no ano em que completem 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Por outro lado, na data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

O Banco determina anualmente o valor actual das responsabilidades passadas com prémios de antiguidade através de avaliações efectuadas por actuários qualificados e independentes utilizando o método de “*Project Unit Credit*”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e uma tábua de mortalidade que se adequa à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas com baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Estes pressupostos são iguais aos utilizados no cálculo da responsabilidade por pensões de reforma.

Contabilisticamente, o Banco regista o montante das responsabilidades apuradas como um encargo a pagar (nota 20) por contrapartida de resultados do exercício. Os pagamentos efectuados ao trabalhador abatem ao valor de provisão constituída.

Os custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros; e
- ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais (reconhecidos integralmente em resultados no exercício em que são originados).

2.10.3 Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencimentos e encargos com vencimentos) são registados pelo valor não descontado em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

2.11 Provisões e passivos contingentes (IAS 37)

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) ii) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique iii) uma forte probabilidade de se efectuar um dispêndio de recursos e que seja iv) quantificável de um modo fiável.

Quando não seja provável a ocorrência de um dispêndio de recursos, ou a estimativa da quantia da obrigação não possa ser apurada de forma fiável, estamos perante um passivo contingente, que apenas deve ser sujeito a divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrência.

2.12 Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos, que podem corresponder a imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação em pagamento, são classificados na rubrica de “Outros activos” e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados. São obtidas avaliações regulares, que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor contabilístico.

As mais-valias potenciais em activos recebidos em dação por recuperação de crédito não são reconhecidas em balanço.

2.13 Correção de erros materiais (IAS 8)

Conforme referido na nota 2.1 no final do primeiro semestre de 2013 foi detectado um erro material na mensuração da participação num fundo de investimento registado na rubrica de activos financeiros disponíveis para venda (nota 7). Apresenta-se em seguida o impacto da correcção bem como a informação comparativa das rubricas das demonstrações apresentada nas presentes demonstrações financeira que foi reexpressa reflectindo retroativamente a correcção deste erro.

	31-Dez-12			Notas
	Reexpresso	Reexpressão	Divulgado	
Total de Activo	1 180 445 568	-	1 180 445 568	
Passivo				
Passivos por impostos correntes	1 051 930	424 525	627 405	e)
Passivos por impostos diferidos	54 969	(424 525)	479 494	e)
Total de Passivo	1 121 903 481	-	1 121 903 481	
Capital Próprio				
Capital	40 000 000	-	40 000 000	
Reservas de reavaliação	(208 202)	(2 249 112)	2 040 910	a)+d) b)+c)
Outras reservas e resultados transitados	13 414 104	1 509 802	11 904 302	b)+c)
Resultado do exercício	5 336 185	739 310	4 596 875	
Total de Capital Próprio	58 542 087	-	58 542 087	
Total de Passivo + Capital Próprio	1 180 445 568	-	1 180 445 568	

	31-Dez-12			Notas
	Reexpresso	Reexpressão	Divulgado	
Margem financeira	8 297 249	-	8 297 249	
Rendimentos de serviços e comissões	1 830 401	-	1 830 401	
Encargos com serviços e comissões	(224 262)	-	(224 262)	
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	20 508	-	20 508	
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1 139 433	988 685	150 748	a)
Resultados de reavaliação cambial	1 663 845	-	1 663 845	
Outros resultados de exploração	(966 913)	-	(966 913)	
Produto bancário	11 760 261	988 685	10 771 576	
Custos com pessoal	(2 138 421)	-	(2 138 421)	
Gastos gerais administrativos	(1 384 511)	-	(1 384 511)	
Amortizações do exercício	(59 229)	-	(59 229)	
Provisões líquidas de reposições e anulações	(229 898)	-	(229 898)	
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores	(527 456)	-	(527 456)	
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	1 155 896	-	1 155 896	
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(506 213)	-	(506 213)	
Resultado antes de impostos	8 070 429	988 685	7 081 744	
Impostos	(2 734 244)	(249 375)	(2 484 869)	d)
Correntes	(2 799 321)	(249 375)	(2 549 946)	d)
Diferidos	65 077	-	65 077	
Resultado após impostos	5 336 185	739 310	4 596 875	
Resultado líquido do exercício	5 336 185	739 310	4 596 875	

Notas das correcções efectuadas para reexpressão dos saldos comparativos:

- a) Reconhecimento de ganhos realizados no período que estavam registados como ganhos potenciais na rubrica de Reservas de reavaliação.
- b) Reconhecimento, por resultados transitados, de ganhos realizados em períodos anteriores, líquidos do efeito fiscal.
- c) Reversão da perda de imparidade acumulada que se encontrava revertida na rubrica de reservas de reavaliação.
- d) Reconhecimento na demonstração de resultados do período dos impostos diferidos associados aos ganhos realizados que se encontravam reconhecidos na rubrica de reservas de reavaliação.
- e) Reclassificação dos passivos por impostos diferidos associados aos ganhos realizados para passivos por impostos correntes.

3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Caixa	155 894	184 899
Depósitos à ordem do Banco de Portugal	42 862 549	32 048 727
	43 018 443	32 233 626

A rubrica de Depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais ("SEBC"). Estes depósitos são remunerados à taxa de referência definida pelo Banco Central Europeu ("BCE") para as operações principais de refinanciamento do Eurosistema.

4. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	12 186 730	2 103 874
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	68 891 238	180 757 891
Cheques a cobrar	721	3 225
	81 078 689	182 864 990

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

5. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Nestas rubricas encontram-se registados o justo valor positivo e negativo de instrumentos derivados negociados com clientes e outras instituições de crédito.

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Instrumentos financeiros detidos para negociação				
Swaps cambiais	-	-	-	(320 986)
	-	-	-	(320 986)

Nestas rubricas verifica-se o registo de operações com instrumentos financeiros que apesar de se encontrarem classificadas como de negociação nos termos da IAS 39, muitas das operações têm natureza de cobertura económica de acordo com a política do Banco de gestão de riscos cambiais e de risco de liquidez.

O resultado com estas operações apresenta-se na rubrica “Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados” (nota 23).

Apresentam-se em seguida os respectivos valores nocionais:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Swaps cambiais - compra	-	15 000 000
Swaps cambiais - venda	-	14 695 487
	-	29 695 487

6. Outros activos e passivos financeiros ao justo valor via resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Fundos de investimento				
Não residente	2 662 393	-	5 303 069	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados				
Recursos financeiros obtidos estruturados	-	(2 662 393)	-	(5 303 069)
	2 662 393	(2 662 393)	5 303 069	(5 303 069)

Na rubrica de “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” o recurso financeiro apresentado encontra-se relacionado e caucionando na totalidade ao activo subjacente indicado no quadro.

7. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Instrumentos de capital		
Valorizados ao custo histórico		
Residente	353 365	353 365
Valor antes de Imparidade acumulada	729 649	819 687
Imparidade acumulada (nota 18)	(142 520)	(148 969)
Valorizados ao justo valor		
Residente		
Valor antes de Imparidade acumulada	158 375	173 988
Imparidade acumulada (nota 18)	(95 091)	(118 239)
Instrumentos de dívida		
Valorizados ao justo valor		
Residente	4 277 520	1 806 418
Não residente	1 525 543	771 627
Juros a receber	71 697	46 073
Outros - fundos de investimento		
Valorizados ao justo valor		
Residente	754 940	755 603
Valor antes de Imparidade acumulada	1 331 197	2 651 534
Total bruto	9 202 286	7 378 295
Total de imparidade acumulada	(237 611)	(267 208)
Provisões risco-país (nota 18)	-	-
Total líquido de imparidade e provisões	8 964 675	7 111 087

No exercício de 2013 foram registados na rubrica de “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” rendimentos referentes a dividendos e realização de ganhos com transacções (nota 24).

8. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Aplicações em instituições de crédito no país		
Aplicações a muito curto prazo	35 530 418	-
Depósitos	536 219 273	590 419 888
Aplicações subordinadas	1 087 666	1 136 880
Juros a receber	598 182	2 511 909
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	-	2 000 000
Depósitos	6 925 548	120 856 602
Outras aplicações	7 337 613	20 185 828
Juros a receber	30 555	67 121
Receitas com proveito diferido comissões	(29 451)	(121 859)
	587 699 804	737 056 369
Provisões risco-país (nota 18)	(1 055 111)	(1 489 054)
	586 644 693	735 567 315

O montante correspondente a “Aplicações subordinadas” constitui um conjunto de depósitos caução (nota 29) e que é referente à representação directa de outra instituição da participação do BAIE no sistema de pagamentos SEPA. As “Aplicações a muito curto prazo” têm um prazo máximo de vencimento de 2 dias úteis.

9. Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Crédito não titulado		
Interno		
Empréstimos	38 396 828	53 444 225
Créditos em conta corrente	1 792 000	4 100 397
Descobertos em depósitos à ordem	3 061 764	1 496 615
Externo		
Empréstimos	75 058 482	50 962 030
Descobertos em depósitos à ordem	2 285 035	4 526 738
Juros a receber	757 527	1 456 436
Comissões mensualizadas	(653 750)	(1 039 805)
Crédito e juros vencidos	3 135 471	3 086 153
	123 833 357	118 032 789
Provisões para		
Risco-país	(2 288 334)	(1 250 921)
Crédito cobrança duvidosa e crédito vencido	(3 723 936)	(3 806 926)
	117 821 087	112 974 942

Os movimentos ocorridos nas provisões durante os exercícios de 2013 e 2012 são apresentados na nota 18.

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, as provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, apresentam um nível de provisionamento acima do mínimo exigido pelo Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal de Euros 756 336 e de Euros 782 107, respectivamente.

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos, após reforço de garantias ou pagamento integral dos juros e outros encargos vencidos.

Nem todos créditos renegociados estariam na sua totalidade vencidos à data de referência se a renegociação não tivesse ocorrido.

Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições iniciais de pagamento, alteração e diferimento dos pagamentos inicialmente previstos e reforço de colaterais. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Banco, indicam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer.

Em 31 de Dezembro de 2013 as operações de crédito na carteira cujos termos e condições já tenham sido objecto de renegociação no âmbito de uma reestruturação¹ por dificuldades económicas do cliente ascendem a Euros 2 160 602 (31 de Dezembro de 2012: Euros 8 193 180).

Todavia, estas operações não são consideradas créditos em risco nos termos definidos pela Instrução do Banco de Portugal n.º 22/2011².

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura por indústria:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	420 000	0,3%	400 000	0,3%
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	350 000	0,3%	-	0,0%
Fabricação de combustíveis e produtos petrolíferos refinados	-	0,0%	3 789 601	3,2%
Indústrias metalúrgicas	762 045	0,6%	1 377 866	1,2%
Máquinas e equipamentos	-	0,0%	-	0,0%
Construção	10 151 361	8,2%	14 011 415	11,9%
Comércio e reparações	6 726 277	5,4%	6 578 327	5,6%
Administração pública (regional e local)	44 413 815	35,9%	16 566 197	14,1%
Alojamento, restauração e similares	550 000	0,4%	-	0,0%
Actividades financeiras e de seguros	45 099 089	36,4%	51 117 220	43,5%
Actividades imobiliárias	2 900 442	2,3%	3 031 681	2,6%
Outros serviços empresariais	8 443 722	6,8%	15 891 639	13,5%
Educação, saúde e apoio social	-	0,0%	200 342	0,2%
Outras actividades e Particulares	3 912 829	3,4%	4 651 870	3,9%
	123 729 580	100,0%	117 616 158	100,0%

¹ De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 32/2013, um crédito pode deixar de ser identificado como reestruturado se após ter decorrido o prazo de 2 anos da data da sua reestruturação cumulativamente se verifique o pagamento regular de prestações de capital, a inexistência de qualquer prestação vencida de capital ou juros por período superior a 30 dias, não ter existido qualquer recurso a mecanismos de reestruturação de dívida do cliente nesse período e não tenha ocorrido qualquer incumprimento ou recurso a mecanismos de reestruturação por parte do respectivo cliente, nesse período.

² De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 22/2011, o conceito de créditos em risco corresponde aos créditos cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas (devendo estas ser suficientes para cobrir o valor total do capital e juros em dívida) ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos.

10. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	1 517 487	62 145 169
De outros emissores públicos nacionais	-	5 359 485
De outros residentes		
Dívida não subordinada	12 900 000	32 476 306
Títulos emitidos por não residentes		
De outros não residentes		
Dívida subordinada	187 820	187 820
Juros a receber	14 107	126 045
Juros pré-pagos	(23 329)	(62 319)
	14 596 085	100 232 506
Provisões risco-país (nota 18)	(18 782)	(18 782)
	14 577 303	100 213 724

Parte dos títulos de dívida pública portuguesa encontram-se compreendidos na *pool* de activos elegíveis para garantia de operações de política monetária do Eurosistema, de recurso a facilidades de liquidez de contingência ou de concessão de crédito intradiário (nota 29).

Uma parte menor destes títulos encontra-se penhorada a favor do Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) para efeitos de substituição de parte da obrigação de pagamento da contribuição anual ao FGD através de prestação de compromisso irrevogável (nota 29).

11. Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2013 foi o seguinte:

	31-Dez-12			Aquisições	Amortizações do exercício	Trasnsferências (Valor líquido)	Abates (Valor líquido)	31-Dez-13		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido					Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Imóveis em uso										
Obras em imóveis arrendados	212 836	(152 590)	60 246	-	(8 175)	-	-	212 836	(160 765)	52 071
Equipamento										
Mobiliário e material	189 868	(183 574)	6 294	8 868	(2 584)	-	-	198 736	(186 158)	12 578
Máquinas e ferramentas	24 635	(24 497)	138	996	(254)	-	-	25 631	(24 751)	880
Equipamento informático	491 387	(475 963)	15 424	8 977	(68 663)	204 956	-	705 320	(544 626)	160 694
Instalações interiores	210 168	(190 834)	19 334	-	(3 401)	-	-	210 168	(194 235)	15 933
Equipamento de segurança	81 026	(79 848)	1 178	-	(420)	-	-	81 026	(80 268)	758
Outros equipamentos	5 209	(4 854)	355	-	(212)	-	-	5 209	(5 066)	143
Activos tangíveis em curso	204 956	-	204 956	-	-	(204 956)	-	-	-	-
	1 420 085	(1 112 160)	307 925	18 841	(83 709)	-	-	1 438 926	(1 195 869)	243 057

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2012 foi o seguinte:

	31-Dez-11			Aquisições	Amortizações do exercício	Trasnsferências (Valor líquido)	Abates (Valor líquido)	31-Dez-12		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido					Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Imóveis em uso										
Obras em imóveis arrendados	212 836	(144 230)	68 606	-	(8 360)	-	-	212 836	(152 590)	60 246
Equipamento										
Mobiliário e material	189 404	(181 714)	7 690	464	(1 860)	-	-	189 868	(183 574)	6 294
Máquinas e ferramentas	24 635	(23 953)	682	-	(756)	-	-	24 635	(24 497)	138
Equipamento informático	486 143	(455 504)	30 639	5 243	(20 459)	-	-	491 387	(475 963)	15 424
Instalações interiores	210 168	(184 891)	25 277	-	(5 943)	-	-	210 168	(190 834)	19 334
Equipamento de segurança	81 026	(77 618)	3 408	-	(2 230)	-	-	81 026	(79 848)	1 178
Outros equipamentos	5 209	(4 642)	567	-	-	-	-	5 209	(4 854)	355
Activos tangíveis em curso	204 956	-	204 956	-	-	-	-	204 956	-	204 956
	1 414 377	(1 072 552)	341 825	5 707	(39 608)	-	-	1 420 085	(1 112 160)	307 925

12. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2013 foi o seguinte:

	31-Dez-12						31-Dez-13				
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Imparidades	Trasnsferências (Valor líquido)	Abates (Valor líquido)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	705 801	(699 061)	6 740	17 197	(10 936)	-	-	-	722 998	(709 997)	13 001
Activos intangíveis em curso	255 459	(255 459)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	961 260	(954 520)	6 740	17 197	(10 936)				722 998	(709 997)	13 001

No exercício de 2013, o Banco procedeu ao abate do montante que se encontrava inscrito na rubrica de activos intangíveis em curso devido a dificuldades na implementação do projecto de migração que resultaram no cancelamento do mesmo.

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2012 foi o seguinte:

	31-Dez-11						31-Dez-12				
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Imparidades	Trasnsferências (Valor líquido)	Abates (Valor líquido)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	705 800	(679 440)	26 360	-	(19 621)	-	-	-	705 801	(699 061)	6 740
Activos intangíveis em curso	181 053	-	181 053	74 406	-	(255 459)	-	-	255 459	(255 459)	-
	886 853	(679 440)	207 413	74 406	(19 621)				961 260	(954 520)	6 740

13. Investimentos em filiais e associadas

Nesta rubrica encontra-se registado o valor correspondente à participação financeira numa empresa associada, Founton, Ltd (nota 2.8), o qual se resume como segue:

Participação efectiva (%)	Valor balanço BAIE (a)	Custo de aquisição em USD	Impacto da aplicação método de equivalência patrimonial (b) (c)	
			Em reservas de reavaliação	No resultado líquido
17,0%	948 469	834 937	3 161 919	(419 071)

(a) Taxa de conversão EUR/USD é de 0,8803 referente a taxa fixing histórica à data de aquisição em Novembro de 2001.

(b) Taxa de conversão EUR/USD utilizada é de 1,3791 que corresponde à taxa fixing com referência a 31 de Dezembro de 2013.

(c) Valores apurados com base nas demonstrações financeiras não auditadas da empresa participada com referência a 31 de Dezembro de 2012.

Com base numa estimativa para apuramento do justo valor da participação financeira efectuada pelo Conselho de Administração do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2013, utilizando para o efeito informação financeira da empresa e o modelo de projecção de *cash flows* descontados, concluiu-se que o justo valor é superior ao valor de balanço, não existindo portanto qualquer evidência de imparidade ou necessidade de registar qualquer perda para esse efeito em relação ao montante do investimento reconhecido em balanço.

A 31 de Dezembro de 2013 os saldos em aberto nas demonstrações financeiras do Banco com a empresa participada encontram-se apresentados na nota 31.

14. Activos e Passivos por impostos

Estas rubricas têm a seguinte composição (nota 28):

	31-Dez-13	31-Dez-12
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Em activos	4 551	-
Em passivos	851 923	894 596
	856 474	894 596
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	(38 218)	(1 051 930)
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Em activos	-	(54 969)
	(38 218)	(1 106 899)

15. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) a recuperar	71 123	30 144
Outros	425 000	426 856
Outros devedores diversos	38 511	37 577
Activos resultantes de dações em cumprimento		
Imóveis	1 787 988	1 787 988
Imparidade acumulada (nota 18)	(736 453)	(736 453)
Créditos por suprimentos		
Suprimentos	190 000	190 000
Juros	3 342	3 341
Outros rendimentos a receber		
Outros compromissos irrevogáveis	6 795	-
Créditos documentários	3 720	19 150
Despesas com encargo diferido		
Com operações activas		
Com instituições de crédito	289	408
Seguros	21 926	20 976
Outros custos administrativos	62 310	113 851
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (notas 2.10.1, 21 e 30)		
Pensões de reforma		
Responsabilidades por serviços passados	-	(1 340 265)
Valor patrimonial do fundo de pensões	-	1 525 661
Pós-emprego com cuidados médicos	-	(60 149)
	1 874 551	2 019 085

16. Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Recursos de outros bancos centrais		
à ordem	18 220	11 439
a prazo	355 140 034	400 275 912
juros a pagar	398 235	2 201 310
	355 556 489	402 488 661
Recursos de instituições de crédito no país		
à ordem	4 539	6 368
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
à ordem	34 034 684	50 126 986
a muito curto prazo	7 831 194	-
a prazo	326 097 330	578 161 149
juros a pagar	185 974	189 263
	368 153 721	628 483 766
	723 710 210	1 030 972 427

O montante correspondente a Euros 16 602 213 (2012 – Euros 61 864 090) do valor total da rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – A prazo”, encontra-se a contra-garantir responsabilidades com operações de crédito a clientes (nota 29).

17. Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Depósitos à ordem		
De outros residentes	14 672 462	10 063 306
De não residentes	29 388 074	39 981 062
Depósitos a prazo		
De outros residentes	1 308 323	8 001 497
De não residentes	22 048 275	22 564 615
Outros recursos	-	163
Juros a pagar	109 841	70 493
	67 526 975	80 681 136

O montante correspondente a Euros 957 769 (2012 – Euros 1 063 359) do valor total da rubrica de “Recursos de clientes e outros empréstimos”, encontra-se a contra-garantir responsabilidades com operações de crédito sobre clientes e linhas de crédito irrevogáveis.

18. Provisões e imparidade

O movimento ocorrido nestas rubricas no decorrer do exercício de 2013 foi o seguinte:

	31-Dez-12					31-Dez-13
	Saldo inicial	Reforços	Reposições /Reversões	Recuperações /(Utilizações)	Diferenças cambiais	Saldo final
Aplicações em instituições de crédito						
Risco-país (nota 8)	1 489 054	851 638	(1 285 581)	-	-	1 055 111
Crédito a clientes (nota 9)						
Crédito de cobrança duvidosa	782 107	654 579	(680 349)	-	-	756 337
Crédito vencido	3 024 819	402 237	(403 918)	(55 538)	-	2 967 600
Risco-país	1 250 921	1 695 085	(657 673)	-	-	2 288 333
Investimentos detidos até à maturidade						
Risco-país (nota 10)	18 782	-	-	-	-	18 782
	6 565 683	3 603 539	(3 027 521)	(55 538)	-	7 086 163
Activos financeiros disponíveis para venda						
Imparidade (nota 7)	267 208	-	-	-	(29 597)	237 611
Outros activos						
Imparidade (nota 15)	736 453	-	-	-	-	736 453
Activos intangíveis em curso						
Imparidade (nota 12)	255 459	-	-	(255 459)	-	-
	1 259 120	-	-	(278 607)	(6 449)	974 064
Riscos gerais de crédito						
Credito concedido	766 922	194 198	(155 037)	-	-	806 083
Credito por assinatura	271 294	126 914	(257 687)	-	-	140 521
Outras provisões	-	175 000	-	-	-	175 000
	1 038 216	496 112	(412 724)	-	-	1 121 604
	8 863 019	4 099 651	(3 440 245)	(334 145)	(6 449)	9 181 831

O movimento ocorrido nestas rubricas no decorrer do exercício de 2012 foi a seguinte:

	31-Dez-11					31-Dez-12
	Saldo inicial	Reforços	Reposições /Reversões	Recuperações /(Utilizações)	Diferenças cambiais	Saldo final
Activos financeiros disponíveis para venda						
Risco-país (nota 7)	1 279 079	135 976	(1 415 055)	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito						
Risco-país (nota 8)	1 704 643	1 348 118	(1 563 707)	-	-	1 489 054
Crédito a clientes (nota 9)						
Crédito de cobrança duvidosa	1 073 032	82 578	(373 503)	-	-	782 107
Crédito vencido	2 522 826	512 587	(10 594)	-	-	3 024 819
Risco-país	718 944	1 176 050	(644 073)	-	-	1 250 921
Investimentos detidos até à maturidade						
Risco-país (nota 10)	46 955	-	(28 173)	-	-	18 782
	7 345 479	3 255 309	(4 035 105)	-	-	6 565 683
Activos financeiros disponíveis para venda						
Imparidade (nota 7)	118 239	151 355	-	-	(2 386)	267 208
Outros activos						
Imparidade (nota 15)	485 699	250 754	-	-	-	736 453
Activos intangíveis em curso						
Imparidade (nota 12)	-	255 459	-	-	-	255 459
	603 938	657 568	-	-	(2 386)	1 259 120
Riscos gerais de crédito						
Credito concedido	726 478	250 102	(209 657)	-	-	766 922
Credito por assinatura	81 840	512 620	(323 167)	-	-	271 294
	808 318	762 722	(532 824)	-	-	1 038 216
	8 757 735	4 675 599	(4 567 929)	-	(2 386)	8 863 019

19. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo		
Retenção de impostos na fonte	77 108	138 070
Contribuições para a segurança social	27 542	55 366
Cobranças por conta de terceiros	832	1 471
Contribuições para outros sistemas de saúde (SAMS)	5 638	12 367
Credores diversos	(4 052)	(1 654)
Despesas com encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
Encargos com férias e outros subsídios	246 867	128 863
Outros encargos a pagar	66 799	111 731
Receitas com rendimento diferido		
De garantias prestadas (nota 29)	130	1 049
De créditos documentários (nota 29)	23 126	23 144
Outros (nota 29)	-	9 474
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (notas 15 e 30)		
Pensões de reforma	25 190	-
Responsabilidades pensões reforma	1 628 166	-
Valor patrimonial do fundo de pensões	(1 602 976)	-
Pós-emprego com cuidados médicos	77 679	-
Benefícios de longo prazo - prémios de antiguidade	88 530	68 921
Operações activas a regularizar	902 665	1 931 946
	1 538 054	2 480 748

20. Capital próprio

	31-Dez-13	31-Dez-12
Capital realizado	40 000 000	40 000 000
Reservas de reavaliação		
De activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida (nota 7)	91 402	78 940
Instrumentos de capital (nota 7)	12 803	(2 364)
Outros (nota 7)	(109 979)	(263 622)
Reservas por impostos diferidos (nota 28)		
Por diferenças temporárias		
De activos financeiros disponíveis para venda	4 552	(21 778)
De ganhos e perdas actuariais	55 862	622
	54 640	(208 202)
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	3 357 174	2 437 800
Resultados transitados		
Aprovados	12 301 583	8 624 082
Alterações políticas contabilísticas		
Ajustamentos de transição IFRS1 - NCA	830 264	830 264
Eliminação regra corredor IAS 19	14 503	14 503
Ganhos e perdas actuariais acumulados (notas 2.10.1, 15, 20 e 30)	(228 010)	(2 346)
Correcção de erros contabilísticos (nota 2.13)	2 249 114	1 509 801
	18 524 628	13 414 104
Resultado do exercício	3 526 113	5 336 185
	62 105 381	58 542 087

O capital, totalmente subscrito e realizado, encontra-se representado por 8.000.000 acções, escriturais e nominativas, com o valor nominal de Euros 5 cada. A 31 de Dezembro de 2013, o BAI - instituição de crédito residente em Angola, detém 99,99% do capital do Banco.

Nos termos definidos no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/91, de 31 de Dezembro e respectivas alterações subsequentes, o Banco deve dispor de uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de reserva legal, até ao limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados se superior.

21. Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Juros e rendimentos similares em		
Aplicações em instituições de crédito	10 319 594	17 426 010
Crédito a clientes	4 757 145	5 272 238
Investimentos detidos até à maturidade	1 329 547	3 059 883
Activos disponíveis para venda	230 025	634 387
Outros activos	11 401	8 089
	16 647 712	26 400 607
Juros e gastos similares de		
Recursos de instituições financeiras	(8 742 498)	(17 427 926)
Recursos de clientes	(272 847)	(458 574)
Passivos subordinados	-	(60 063)
Comissões pagas ao custo amortizado de		
Recursos de instituições financeiras	(120)	(120)
Crédito a clientes	(151 028)	(156 675)
	(9 166 493)	(18 103 358)
Margem financeira	7 481 219	8 297 249

22. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por garantias prestadas	255 953	364 475
Por serviços prestados	1 189 453	1 465 926
	1 445 406	1 830 401
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços prestados por terceiros	(159 045)	(223 904)
Por operações realizadas por terceiros	-	(358)
	(159 045)	(224 262)
	1 286 361	1 606 139

23. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

Estas rubricas têm a seguinte composição (notas 5 e 6):

	31-Dez-13	31-Dez-12
Swaps	25 447	20 508
Outros	9 611	-
	35 058	20 508

24. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

Estas rubricas têm a seguinte composição (nota 7):

	31-Dez-13	31-Dez-12
Ganhos (perdas) em activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de capital		
Valorizados ao custo histórico		
Residente		
Não residente	104 468	10 309
Valorizados ao justo valor		
Residente	2 428	3 380
Não residente		
Instrumentos de dívida		
Valorizados ao custo histórico		
Não residente	-	40 554
Valorizados ao justo valor		
Residente	-	53 100
Não residente	1 322	-
Outros - fundos de investimento		
Valorizados ao justo valor		
Residente	44 114	43 405
Não residente	360 147	988 685
	512 479	1 139 433

Nos exercícios de 2013 e de 2012 grande parte dos “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” é referente a rendimentos de realização de ganhos e recebimento de dividendos provenientes de fundos de investimento.

25. Outros resultados de exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	6 084	7 459
Outros proveitos de exploração	31 822	66
	37 906	7 525
Outros custos de exploração		
Quotizações	(56 039)	(52 613)
Contribuições para o Fundo Garantia de Depósitos	(17 500)	(17 586)
Contribuições para o Fundo de Resolução	(189 006)	-
Impostos indirectos e taxas		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(145 422)	(158 715)
Contribuição extraordinária sobre o sector bancário	(561 787)	(711 400)
Outros Impostos indirectos e taxas	(26 313)	(20 647)
Outros encargos e gastos operacionais	(32 633)	(13 478)
	(1 028 700)	(974 438)
	(990 794)	(966 913)

26. Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	(564 534)	(556 402)
Remuneração de empregados	(1 046 932)	(1 094 501)
Encargos sociais obrigatórios com remunerações pagas	(454 189)	(450 126)
Outros custos com pessoal	(31 827)	(37 392)
	(2 097 482)	(2 138 421)

O número de efectivos apresenta a seguinte estrutura:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período
Administradores executivos	3	3	3	3
Quadros superiores	7	7	7	7
Outros quadros e colaboradores	19	19	22	22
	29	29	32	32

Para cumprimento da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, e do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, apresentamos em seguida a Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco BAI Europa aplicável ao exercício de 2013:

Definição da Política

A política de remuneração do Banco foi definida, tendo em conta especificidades da instituição, nomeadamente a sua dimensão reduzida e a natureza simples e pouco complexa da sua actividade.

Aprovação da Política

Anualmente, é submetida a aprovação da assembleia-geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais do Banco. Por proposta do Conselho de Administração do Banco, a assembleia-geral na sua reunião de 27 de Abril de 2013 aprovou a declaração de política de remunerações referente ao exercício de 2013.

Administradores Executivos

A remuneração fixa dos administradores executivos é determinada com base nas seguintes considerações:

- (i) as competências pessoais,
- (ii) o nível de responsabilidades das funções de cada um,
- (iii) o cargo que exerce no conselho de administração,
- (iv) o tempo de serviço no grupo.

A remuneração variável deverá depender dos seguintes factores:

- (i) desempenho individual;
- (ii) factores económicos;
- (iii) extensão dos riscos assumidos;
- (iv) cumprimento das regras aplicáveis à actividade do Banco;
- (v) o nível de responsabilidades das funções de cada um.

A avaliação do desempenho dos administradores executivos do Banco compete à assembleia geral e a remuneração variável referente ao exercício de 2013 encontra-se limitada ao montante máximo de 30% da remuneração anual.

Administradores Não Executivos

A remuneração auferida por estes administradores equivale a senhas de presença para as reuniões do Conselho de Administração, não contemplando uma componente variável. De notar que estes administradores são todos não residentes.

Não existem indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do conselho de administração relativamente à cessação das suas funções durante o presente ou anteriores exercícios.

Conselho fiscal

Os membros do conselho fiscal são pagos através da atribuição de uma remuneração fixa, determinada em função do seu respectivo cargo ocupado neste órgão e considerando a dimensão e complexidade da actividade da Instituição.

Remunerações anuais pagas aos membros dos órgãos sociais

	2013						2012					
	Remunerações brutas pagas			Gastos com remunerações			Remunerações brutas pagas			Gastos com remunerações		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Mandato 2013/2015 (designação a 25 de Junho de 2013)												
Administradores Executivos												
José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira (Presidente)	112 000	-	112 000	114 000	14 000	128 000	-	-	-	-	-	-
António Manuel Pinto Duarte (Vice Presidente)	76 000	-	76 000	79 000	9 500	88 500	-	-	-	-	-	-
Omar José Mascarenhas de Moraes Guerra (Vogal)	72 000	-	72 000	90 000	9 000	99 000	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal												
Henrique João Lucas Marçal (Presidente)	10 400	-	10 400	10 400	-	10 400	-	-	-	-	-	-
António Maria Veiga Anjos (Vogal)	8 000	-	8 000	8 000	-	8 000	-	-	-	-	-	-
José Augusto Viegas Severo (Vogal)	8 000	-	8 000	8 000	-	8 000	-	-	-	-	-	-
Mandato 2009/2012 (em funções até 25 de Junho de 2013)												
Administradores Executivos												
Ana Paula Alcobia Gray (Vice Presidente)	74 149	-	74 149	74 149	-	74 149	177 000	13 000	190 000	178 000	13 000	191 000
José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira (Vogal)	78 000	-	78 000	78 000	-	78 000	167 000	13 000	180 000	170 000	13 000	183 000
António Manuel Pinto Duarte (Vogal)	48 000	-	48 000	48 000	-	48 000	105 974	8 000	113 974	107 035	8 000	115 035
Administradores Não Executivos												
José Carlos de Castro Paiva (Presidente, em funções até 30 de Abril de 2013, data de apresentação da sua renúncia)	8 000	-	8 000	8 000	-	8 000	20 000	-	20 000	20 000	-	20 000
Manuel Domingos Vicente (Vice Presidente, em funções até 9 de Fevereiro de 2012, data de apresentação da sua renúncia)	-	-	-	-	-	-	6 000	-	6 000	6 000	-	6 000
Conselho Fiscal												
Henrique João Lucas Marçal (Presidente)	5 200	-	5 200	5 200	-	5 200	14 800	-	14 800	14 800	-	14 800
António Maria Veiga Anjos (Vogal)	4 000	-	4 000	4 000	-	4 000	11 200	-	11 200	11 200	-	11 200
José Augusto Viegas Severo (Vogal)	4 000	-	4 000	4 000	-	4 000	11 200	-	11 200	11 200	-	11 200
	507 749	-	507 749	530 749	32 500	563 249	513 174	34 000	547 174	518 235	34 000	552 235

Os gastos com remunerações acima apresentados não incluem os encargos sociais obrigatórios suportados pelo Banco em sede de segurança social, que de uma forma geral, correspondem a valores que resultam de taxas, que variam entre 16,4% e 23,75%, aplicadas sobre as remunerações pagas aos órgãos sociais. Adicionalmente, para alguns dos membros do Conselho de Administração são suportados encargos com cuidados médicos – SAMS que corresponde uma taxa de 6,5% aplicada às respectivas remunerações pagas.

A remuneração variável paga é pecuniária. A remuneração variável de 2013 foi paga no início de 2014.

No ano de 2013 foi nomeado um novo membro para os órgãos sociais do Banco, Omar José Mascarenhas de Moraes Guerra, vogal do Conselho de Administração, que desempenhou o cargo de director financeiro do BAIE até à data da sua designação para membro daquele órgão. As remunerações auferidas em 2013 e em 2012 pelo cargo anteriormente desempenhado não se encontram englobadas nas remunerações acima divulgadas.

No ano de 2013 foram ainda pagas a um dos membros do Conselho de Administração, Ana Paula Alcobia Gray, remunerações não pecuniárias que não se encontram englobadas nas remunerações acima divulgadas. Estas quantias designam-se por rendimentos em espécie de acordo com o Código do IRS e corresponderam a EUR 38 750 através do exercício da opção de compra de uma viatura automóvel no final do respectivo contrato de locação financeira.

Com excepção de um dos membros do Conselho de Administração, o Banco não assume quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou sobrevivência, adiantamentos, créditos ou garantias de qualquer espécie para com os membros dos Conselhos de Administração e de Fiscalização. Relativamente ao administrador Omar José Mascarenhas de Moraes Guerra, o Banco assume o compromisso de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência, nos termos acordados no âmbito do ACTV (nota 30).

27. Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Serviços especializados	(711 774)	(743 441)
Rendas e alugueres	(363 101)	(354 212)
Comunicações	(141 240)	(157 207)
Conservação e reparação	(11 338)	(7 793)
Deslocações, estadas e representação	(25 363)	(27 851)
Água, energia e combustíveis	(35 153)	(31 502)
Material de consumo corrente	(22 638)	(18 419)
Publicações e publicidade	(28 579)	(31 666)
Formação de pessoal	(15 210)	(1 005)
Seguros	(10 952)	(9 399)
Outros	(1 917)	(2 016)
	(1 367 265)	(1 384 511)

Dando cumprimento à alínea b) do n.º 1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se em seguida os honorários totais pelos serviços contratados durante o exercício com a sociedade de revisores oficiais de conta, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda:

	2013	2012
Revisão Legal de Contas anuais e Revisão Limitada das contas semestrais	49 000	49 000
Serviços de garantia e fiabilidade	13 000	11 000
	62 000	60 000

Os gastos suportados com estes serviços encontram-se registados na rubrica de "Serviços especializados".

28. Impostos sobre lucros

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante o exercício de 2013 foi o seguinte (nota 14):

	31-Dez-12			31-Dez-13
	Saldo inicial	Reservas	Resultados	Saldo final
Activos por imposto diferido				
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.552		4 552
Provisão para crédito	831.201	-	(69.046)	762 155
Provisões para outros riscos			42.875	42 875
Prémio antiguidade ACTV	18.264	-	3.426	21 690
Perdas por imparidade em activos intangíveis	45.131	-	(45.131)	-
Pensões de reforma e cuidados médicos pós-emprego		55.862	(30.660)	25 202
	894 596	60 414	(98 536)	856 474
Passivos por imposto diferido				
Activos financeiros disponíveis para venda	(21.778)	21.778	-	-
Pensões de reforma e cuidados médicos pós-emprego	(33.191)	(622)	33.813	-
	(54 969)	21 156	33 813	-
	839 627	81 570	(64 723)	856 474

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante o exercício de 2012 foi o seguinte (nota 14):

	31-Dez-11			31-Dez-12
	Saldo inicial	Capitais Próprios	Resultados	Saldo final
Activos por imposto diferido				
Provisão para crédito	779.063	-	52.138	831 201
Prémio antiguidade ACTV	16.644	-	1.620	18 264
Perdas por imparidade em activos intangíveis	-	-	45.131	45 131
	795 707	-	98 889	894 596
Passivos por imposto diferido				
Activos financeiros disponíveis para venda	(84.208)	62.430	-	(21 778)
Pensões de reforma e cuidados médicos pós-emprego	-	621	(33.812)	(33 191)
	(84 208)	63 051	(33 812)	(54 969)
	711 499	63 051	65 077	839 627

Apresentamos em seguida os prazos de expectativa de recuperação dos activos e passivos por impostos diferidos:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Activos por impostos diferidos		
Em menos de 12 meses	-	22 566
Em mais de 12 meses	856 474	872 031
Passivos por impostos diferidos		
Em mais de 12 meses	-	(54 969)
	856 474	839 628

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
IRC	25,0%	25,0%
Derrama	1,5%	1,5%
Derrama estadual	3% a 5%	3,0%

A Derrama estadual é uma taxa adicional apenas aplicável à parte do tributável superior a Euros 1 500 000. No exercício de 2013, o lucro tributável superior a Euros 1 500 000 e inferior a Euros 7 500 000 é tributado a uma taxa adicional de 3% e o Lucro tributável superior a Euros 7 500 000 é tributado a uma taxa adicional de 5%. No exercício de 2012, todo o lucro tributável acima de Euros 1 500 000 foi tributado a uma taxa adicional de 3%.

Nos exercícios de 2013 e de 2012, o custo com impostos sobre lucros reconhecido em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, são apresentados em seguida:

	2013	2012
Impostos correntes		
Do exercício	(2 338 716)	(2 550 005)
Correcções de impostos de exercícios anteriores	404 104	(249 316)
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(64 723)	65 077
Total dos impostos em resultados	(1 999 335)	(2 734 244)
Resultado antes de impostos	5 525 448	8 070 429
Carga fiscal	-36,2%	-33,9%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas no exercício de 2013 e 2012 é apresentada em seguida:

	2013		2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		5 525 448		8 070 429
Imposto apurado com base na taxa nominal - 1º Escalão	0,0%	-	0,0%	-
Imposto apurado com base na taxa nominal - Escalão superior	-25,0%	(1 381 362)	-25,0%	(1 770 436)
Ajustamentos ao lucro contabilístico:				
Variações patrimoniais não reflectidas no resultado líquido	-8,7%	(479 834)		
Contribuição extraordinária para o sector bancário	-2,5%	(140 447)	-2,2%	(177 850)
Provisões e imparidades	-0,3%	(14 404)	-2,1%	(170 526)
Outros proveitos e custos tributáveis	-0,3%	(15 043)	-0,2%	(14 891)
Pensões de reforma e outros benefícios	-0,1%	(2 951)	0,0%	(3 758)
Resultados de sociedade em regime transparência fiscal	0,0%	-	-0,9%	(70 319)
Amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores	0,8%	42 577	0,3%	21 288
Benefícios fiscais	0,1%	6 478	0,1%	4 615
Menos-valias contabilísticas	0,0%	(243)	0,0%	-
Mais Valias Fiscais	0,0%	434	0,0%	-
Eliminação dupla tributação internacional	0,0%	415	0,0%	415
Tributação autónoma e derramas	-6,4%	(354 336)	-4,6%	(368 543)
Correcções de impostos de exercícios anteriores	7,3%	404 104	-3,1%	(249 316)
Impostos diferidos:				
Provisão para crédito	-1,2%	(69 046)	0,6%	52 138
Prémio antiguidade ACTV	0,1%	3 426	0,0%	1 620
Perdas por imparidade em activos intangíveis	-0,8%	(45 131)	0,6%	45 131
Pensões de reforma e cuidados médicos pós-emprego	0,1%	3 153	-0,4%	(33 812)
Provisões para outros riscos	0,8%	42 875		
	36,2%	(1 999 335)	33,9%	(2 734 244)

29. Rubricas extrapatrimoniais

Os passivos e activos contingentes encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Passivos eventuais		
Garantias e avales	1 652 457	424 263
Créditos documentários abertos	17 978 159	15 258 326
Activos dados em garantia (notas 8 e 10)	2 599 437	2 648 652
Fianças	500	500
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	18 602 246	27 158 630
Outros	-	1 263 200
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	2 747 159	2 747 206
De cobrança de valores	721	3 225
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	1 407 726	1 343 406
Garantias recebidas (notas 16 e 17)	82 631 778	150 395 196
	127 620 183	201 242 604

A rubrica correspondente a “Compromissos perante terceiros – Linhas de crédito irrevogáveis” diz respeito a linhas de crédito concedidas irrevogavelmente a clientes que não se encontram a ser utilizadas.

O valor apresentado na rubrica “Compromissos assumidos por terceiros – Linhas de crédito irrevogáveis” diz respeito a linhas de crédito concedidas a favor do Banco.

A rubrica de “Activos recebidos em garantia” apresenta em 31 de Dezembro de 2013 a seguinte decomposição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Depósitos caução (notas 16 e 17)	20 222 373	71 977 618
Penhor e caução de títulos	5 564 660	8 575 429
Hipoteca de imóveis e terrenos	5 992 475	8 631 052
Garantias reais de outros activos (nota 5)	2 949 280	7 898 554
Avales e outras garantias pessoais	47 902 990	53 312 543
	82 631 778	150 395 196

Os depósitos caução recebidos dizem respeito a depósitos a prazo constituídos junto do Banco ou de outras instituições do grupo BAI e encontram-se valorizados pelos respectivos montantes apresentados no balanço. As hipotecas de imóveis e terrenos encontram-se registadas pelo menor dos dois valores, o valor de avaliações efectuadas por técnicos especializados independentes, ou o valor do crédito associado. Os penhores e as cauções de títulos de capital e de dívida referem-se a garantias recebidas para cobertura do risco de operações de crédito a clientes os quais se encontram valorizados pelo menor dos dois valores, o valor nominal ou o valor do crédito associado. Os avales e outras garantias pessoais dizem igualmente respeito a garantias recebidas para cobertura do risco de operações de crédito a clientes encontrando-se valorizados pelo valor da responsabilidade a cobrir que se encontra em aberto à data de referência.

30. Responsabilidade com pensões de reforma e de sobrevivência e outros benefícios de empregados pós-emprego e de longo prazo

Tal como descrito na nota 2.10, o Banco assume o compromisso de atribuir aos seus colaboradores abrangidos pelo ACTV ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência, nos termos acordados no âmbito do ACTV anexo ao contrato de adesão ao Fundo de pensões da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Com a publicação do Decreto-Lei n.º1-A/2011, de 3 de Janeiro, os colaboradores abrangidos pelo ACTV que se encontravam em idade activa em 4 de Janeiro de 2011, passaram a ser abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social (RGSS), no que se refere ao benefício de reforma de velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção, cujos encargos o Banco deixou de suportar. Deste modo a partir dessa data, o plano de benefícios definido para os colaboradores abrangidos pelo ACTV no que se refere ao benefício de reforma de velhice, passa a ser financiado pelo Fundo de Pensões, para as responsabilidades por serviços passados até essa data, e pela Segurança Social, para as responsabilidades por serviços passados a partir dessa data. Mantém-se no entanto como responsabilidade do Fundo de Pensões após 4 de Janeiro de 2011, a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento de velhice de modo a equiparar a reforma dos participantes no Fundo de Pensões aos valores do actual plano de pensões.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 167-E/2013 e da Portaria n.º 378-G/2013 foi alterada a idade normal de acesso à pensão de velhice no RGSS que passou variável, dependendo da evolução da esperança média de vida aos 65 anos. Desta alteração decorre que a pensão de velhice a auferir, entre os 65 anos (situação de invalidez presumível) e a nova idade normal de reforma pela Segurança Social, seja integralmente suportada pelo BAIE, sem que haja lugar à dedução da pensão da Segurança Social.

A determinação do montante das responsabilidades por serviços passados de colaboradores do Banco, é efectuada em conformidade com o estabelecido na IAS 19.

A PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade a quem compete a responsabilidade de elaborar as avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, bem como a de gerir o fundo de pensões.

O método de valorização actuarial utilizado é o *Projected unit credit*.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os colaboradores e pensionistas beneficiários de plano de pensões financiados pelo fundo de pensões são em número de:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Colaboradores - população activa	10	10
Pensionistas	1	1
Reformados por velhice	1	1
Ex-participantes	22	22

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Verificados	
	31-Dez-13	31-Dez-12	31-Dez-13	31-Dez-12
Hipóteses financeiras verificadas:				
Taxa de rendimento do Fundo	3,75%	4,50%	6,35%	9,78%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%	2,79%	2,85%
Taxa técnica de juro	3,75%	4,50%	3,75%	4,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%	0,00%	0,00%
Hipóteses demográficas verificadas:				
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90	-	-
Tábua de invalidez	SuisseRe	SuisseRe	-	-
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos	-	-
Percentagem de casados	80,00%	80,00%	-	-

No âmbito do Plano de Pensões do ACTV, o estudo actuarial que serviu de base aos registos a 31 de Dezembro de 2013 contempla o período de serviço total na banca de todos os colaboradores ao serviço do BAIE nessa data. Relativamente à população composta pelos ex-participantes no fundo, o período considerado para efeito de cálculo de responsabilidades foi o tempo de serviço no BAIE.

Adicionalmente, o Banco reconhece as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com benefícios de empregados de longo prazo (prémio de antiguidade ACTV). O montante de responsabilidades com o SAMS e com os prémios de antiguidades é a seguinte:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Responsabilidades com serviços passados com cuidados médicos - SAMS (notas 15 e 19)	77 679	60 149
Varição custo (ganho) do exercício	17 530	4 272
Responsabilidades com serviços passados com prémio antiguidade - ACTV (nota 19)	88 530	68 921
Varição custo (ganho) do exercício	19 609	6 113

A cobertura das responsabilidades com invalidez e sobrevivência imediata de todos os colaboradores é efectuada, de forma irrevogável, através de um contrato de seguro de vida risco que apresenta as seguintes condições:

Seguradora:	Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.
Tomador do seguro:	Banco BAI Europa, S.A.
Duração do Contrato:	Contrato anual, sendo automaticamente renovado por períodos sucessivos de um ano no dia 1 de Janeiro de cada ano.
Grupo segurável:	Trabalhadores permanentes do tomador do seguro, que tenham idade actuarial inferior a 65 anos, que não se encontrem em baixa clínica à data de aceitação do risco pela seguradora, e que sejam aceites as respectivas propostas de adesão.
Beneficiários:	Fundo de Pensões Horizonte Valorização.

A cobertura financeira das responsabilidades por serviços passados é:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Responsabilidades totais passadas		
Responsabilidade de pensões em pagamento (a)	233 041	227 835
Responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo (b)	1 395 125	1 112 430
	1 628 166	1 340 265

A situação patrimonial do fundo de pensões é:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Situação patrimonial do fundo de pensões		
Saldo inicial	1 525 661	1 404 498
Ajuste ao saldo inicial	-	-
Rendimento do fundo de pensões (líquido)	95 441	139 290
Contribuições para o fundo de pensões	-	-
Pensões de reforma pagas pelo fundo de pensões	(5 298)	(5 298)
Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo de pensões	(12 829)	(12 829)
Outras variações líquidas	-	-
Saldo final	1 602 975	1 525 661
<i>Do qual: saldo cativo para Plano complementar</i>	<i>(88 962)</i>	<i>(83 696)</i>
	1 514 013	1 441 965
Grau de cobertura conforme relatório actuarial	93,0%	107,6%
Nível mínimo de responsabilidades a cobrir [95% de (b) + 100% de (a)]	1 558 410	1 284 644
Valor necessário a transferir para o fundo de pensões	44 397	-

Para além do Plano de Pensões do ACTV, o BAIE concedeu aos seus trabalhadores uma pensão complementar até 30 de Junho de 2005, prevista no Plano Complementar ao ACTV. No âmbito deste plano, os trabalhadores vinculados nessa data têm direito a uma pensão complementar de reforma e sobrevivência, calculada em função do tempo de serviço prestado no BAIE e o salário auferido até essa mesma data. Considerando que de acordo com o Contrato de Adesão Colectiva estas responsabilidades deveriam encontrar-se transferidas para uma adesão individual ou para outro fundo de pensões que respeite a legislação em vigor, em 2010 efectuou-se a transferência das respectivas adesões individuais no valor que correspondente a EUR 93 633.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 as demonstrações financeiras registam os seguintes elementos relacionados com a cobertura de responsabilidades por pensões:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Responsabilidades totais		
Total de responsabilidades por pensões em pagamento	233 041	227 835
Total de responsabilidades por serviços passados	1 395 125	1 112 430
	1 628 166	1 340 265
Situação patrimonial do fundo de pensões (nota 15 e 19)	1 514 013	1 525 661
Provisão para responsabilidades com pensões de reforma (nota 15 e 19)	1 628 166	1 340 265
Ganhos (perdas) actuariais reconhecidos em resultados transitados (nota 15 e 21):		
Variação anual	(225 664)	121 163
Valor acumulado	(228 010)	(2 346)

Na composição dos activos do fundo de pensões não se encontra nenhum: i) activo que esteja a ser utilizado pelo Banco; e ii) título emitido pelo Banco.

Os valores reflectidos nos custos com pessoal (nota 26) com responsabilidades com pensões de reforma do Banco no exercício de 2013 e de 2012 são os seguintes:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Montante de custos líquidos reconhecidos:		
Custo do serviço corrente	(6 735)	(4 467)
Custo dos juros	59 882	65 966
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	(68 224)	(49 593)
Contribuições de colaboradores	(10 258)	(7 260)
Total	(25 335)	4 646

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2013 e de 2012, no valor actual das responsabilidades por serviços passados foi como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Responsabilidades no início do exercício	1 340 265	1 328 359
Custo do serviço corrente	(6 735)	(4 467)
Custo dos juros	59 882	65 966
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	(68 224)	(49 593)
Perdas e (ganhos) actuariais reconhecidos em resultados transitados (nota 21)	225 664	(121 163)
Pensões de reforma pagas pelo fundo de pensões	(5 298)	(5 298)
Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo de pensões	(12 829)	(12 829)
Rendimento líquido do fundo	95 441	139 290
Responsabilidades no final do exercício	1 628 166	1 340 265

Os desvios actuariais que ocorreram nos exercícios de 2013 e de 2012 foram registados como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Perdas e (ganhos) actuariais		
Relativos a diferenças entre os pressupostos e os valores realizados:	(16 979)	(113 899)
Relativos a alterações de:		
Metodologia	242 643	(7 264)
Pressupostos actuariais	-	-
Total	225 664	(121 163)
Perdas e (ganhos) actuariais		
Actuariais	252 881	(31 467)
Financeiras	(27 217)	(89 696)
Total	225 664	(121 163)

Em 31 de Dezembro 2013 e de 2012 os elementos que compõem o valor do activo do Fundo de Pensões apresentam a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Liquidez	3,90%	9,19%
Obrigações	67,18%	62,56%
Acções	25,84%	24,19%
Imobiliário e hedge funds	3,08%	3,37%
Activos mistos	0,00%	0,69%
Total	100,00%	100,00%

31. Partes relacionadas

Nos termos da IAS 24, são consideradas partes relacionadas do BAIE as empresas controladas pelo Grupo BAI, os Administradores das empresas do Grupo BAI, a empresa associada e outras entidades com relação de influência significativa no BAIE.

Em 31 de Dezembro de 2013 o balanço, as rubricas extrapatrimoniais e a demonstração dos resultados do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	Associada	Órgãos sociais Grupo BAI	Empresas do Grupo BAI	Outras entidades relacionadas	Total
Activos					
Aplicações em instituições de crédito (nota 8)	-	-	5 437 396	-	5 437 396
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 7)	-	-	-	353 365	353 365
Crédito a clientes (nota 9)	2 900 442	435 066	-	7 950 320	11 285 828
Investimentos detidos até à maturidade (nota 10)	-	-	188 282	-	188 282
Investimentos em filiais e associadas (nota 13)	948 469	-	-	-	948 469
Outros activos (nota 15)	-	-	-	233 703	233 703
Passivos					
Outros passivos fin. ao justo valor via resultados (nota 6)	-	-	2 662 393	-	2 662 393
Recursos de outras instituições de crédito (nota 16)	-	-	353 627 248	-	353 627 248
Recursos de clientes e outros empréstimos (nota 17)	446 654	2 093 399	-	2 075 310	4 615 363
Rubricas Extrapatrimoniais (nota 29)					
Garantias e avales	-	-	1 443 361	-	1 443 361
Créditos documentários abertos	-	-	15 852 010	-	15 852 010
Activos recebidos em garantia	-	435 066	19 264 605	3 625 553	23 325 224
Total	4 295 565	2 963 531	398 475 295	14 238 251	419 972 642
Rendimentos					
Juros e rendimentos similares (nota 21)	118 007	7 340	272 300	368 849	766 496
Rendimentos de serviços e comissões (nota 22)	3 173	585	421 005	85 708	510 471
Outros ganhos de exploração (nota 25)	-	-	280	-	280
Gastos					
Juros e gastos similares (nota 21)	(285)	(5 413)	(1 559 571)	-	(1 565 269)
Encargos com serviços e comissões (nota 22)	-	-	(151 029)	-	(151 029)
Custos com pessoal (nota 26)	-	(564 534)	-	-	(564 534)
Gastos gerais administrativos (nota 27)	-	-	-	(40 361)	(40 361)
Total	120 895	(562 022)	(1 017 015)	414 196	(1 043 946)

Relativamente aos saldos e transacções com outras entidades relacionadas, referem-se essencialmente com empresas do grupo Sonangol, accionista de referência casa mãe do BAIE, o BAI.

Em 31 de Dezembro de 2012 o balanço, as rubricas extrapatrimoniais e a demonstração dos resultados do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	Associada	Órgãos sociais Grupo BAI	Empresas do Grupo BAI	Outras entidades relacionadas	Total
Activos					
Aplicações em instituições de crédito (nota 8)	-	-	13 327 549	-	13 327 549
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 7)	-	-	-	353 365	353 365
Crédito a clientes (nota 9)	3 031 681	1 625 663	-	17 740 178	22 397 522
Investimentos detidos até à maturidade (nota 10)	-	-	188 374	-	188 374
Investimentos em filiais e associadas (nota 13)	948 469	-	-	-	948 469
Outros activos (nota 15)	-	-	-	230 820	230 820
Passivos					
Outros passivos fin. ao justo valor via resultados (nota 6)	-	-	5 303 069	-	5 303 069
Recursos de outras instituições de crédito (nota 16)	-	-	588 343 213	-	588 343 213
Recursos de clientes e outros empréstimos (nota 17)	652 116	492 701	-	678 254	1 823 071
Rubricas Extrapatrimoniais (nota 29)					
Créditos documentários abertos	-	-	13 722 341	-	13 722 341
Activos recebidos em garantia	1 372	1 763 796	61 482 757	4 439 601	67 687 526
Compromissos perante terceiros	-	-	-	-	-
Linhas de crédito irrevogáveis	-	-	-	6 758	6 758
Total	4 633 638	3 882 160	682 367 303	23 448 976	714 332 077
Rendimentos					
Juros e rendimentos similares (nota 21)	143 851	24 321	532 839	499 395	1 200 405
Rendimentos de serviços e comissões (nota 22)	3 173	585	493 203	93 817	590 778
Outros ganhos de exploração (nota 25)	-	-	280	25 150	25 430
Gastos					
Juros e gastos similares (nota 21)	(669)	(5 488)	(5 889 769)	(750)	(5 896 676)
Encargos com serviços e comissões (nota 22)	-	-	(156 676)	-	(156 676)
Custos com pessoal (nota 26)	-	(450 235)	-	-	(450 235)
Gastos gerais administrativos (nota 27)	-	-	-	(37 478)	(37 478)
Total	146 355	(430 817)	(5 020 123)	580 134	(4 724 452)

32. Divulgações relativamente a instrumentos financeiros (IFRS 7)

Além de outras divulgações já efectuadas neste âmbito ao longo de algumas das notas anteriores, apresentamos em seguida informação adicional exigida nos termos da IFRS 7.

Riscos de crédito e de concentração de crédito e fundos próprios

Globalmente, o risco de crédito do activo do Banco é representado por dois grandes grupos de operações, exposição a instituições de crédito, essencialmente no mercado monetário interbancário e crédito a clientes titulado ou não titulado.

A **carteira de crédito a clientes** é composta quase na sua totalidade por crédito a empresas e administrações públicas (nota 9). O actual processo de gestão do risco de crédito a clientes é em função das características específicas do cliente e do produto, e da fase do ciclo de crédito. São efectuadas análises de risco de crédito com base na informação financeira actualizada do cliente e com base em outra informação adicional (capacidade de gestão, expectativas futuras, comportamento e expectativas do mercado específico, capacidade competitiva, *cash-flow* previsional, etc.). Periodicamente é solicitado aos clientes informação financeira actualizada para efeitos de acompanhamento da qualidade do risco da exposição.

Adicionalmente, ao nível do risco de concentração são definidos limites máximos de exposição por:

- i) Cliente ou por grupo de clientes ligados entre si e por mercados emergentes em função dos fundos próprios do Banco;
- ii) Sector de actividade e por país em função do seu peso relativo no total da carteira e dos fundos próprios do Banco.

Apresenta-se em seguida os fundos próprios e requisitos de fundos próprios do Banco determinados nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2010, de 30 de Dezembro:

	31-Dez-13	31-Dez-12 (a)
Fundos próprios totais (1+2+3)	62 090 870	57 046 986
1. Fundos Próprios de Base (Core tier1/Tier 1)	61 252 840	54 923 151
Capital realizado (nota 20)	40 000 000	40 000 000
Reservas legais (nota 20)	3 357 174	2 437 799
Reservas por impostos diferidos (nota 20)	60 413	(445 682)
Perdas não realizadas com activos disponíveis para venda (notas 7 e 20)	(92 525)	(4 835)
Resultados transitados (nota 20)	15 169 798	9 468 849
Activos intangíveis líquidos (nota 12)	(13 001)	(6 740)
Resultado líquido do primeiro semestre auditado (nota 20) (b)	2 773 327	3 476 106
Perdas actuariais com responsabilidades c/pensões de reforma (notas 20 e 30)	(2 346)	(2 346)
2. Fundos Próprios Complementares (Tier 2)	954 588	2 123 835
Provisões para riscos gerais de crédito (nota 18)	946 604	1 038 216
45% dos ganhos não realizados com activos disponíveis para venda (notas 7 e 20)	7 984	1 085 619
3. Riscos cobertos por fundos próprios	-	-
4. Dedução aos Fundos Próprios Totais	(116 558)	-

(a) o saldo a 31 de Dezembro de 2012 é não reexpresso, atendendo a que não se verificaram alterações dos respectivos valores para efeitos de reporte ao Banco de Portugal.

(b) O RLE referente só será elegível para fundos próprios após a data de emissão da respectiva revisão pelo Revisor Oficial de Contas Banco.

	31-Dez-13	31-Dez-12
Fundos próprios totais	62 090 870	57 046 986
Requisitos para risco crédito (activos e extrapatrimoniais ponderados) e risco operacional	267 716 951	374 220 133
Rácio de Adequação de Fundos Próprios (solvabilidade)	23,2%	15,2%
Rácio <i>Core Tier 1</i>	22,9%	14,7%

Durante os exercícios de 2013 e de 2012, o Banco cumpriu todos os requisitos de fundos próprios definidos pela entidade de supervisão bancária, o Banco de Portugal, nomeadamente as exigências definidas pelos Avisos n.º 5/2007 e n.º 9/2007, ambos de 27 de Abril, e pelo Aviso n.º 3/2011, de 18 de Maio, os quais definem as obrigações das instituições de crédito e empresas de investimento relativamente aos requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e operacional.

Relativamente às exposições com **instituições de crédito**, são definidos limites de contraparte com base na informação financeira disponível por instituição de crédito, incluindo a respectiva notação de *rating* definida pelas agências internacionais. Periodicamente, são revistos os limites de contraparte através de análises internas baseadas em informação financeira actualizada de mercado e das respectivas contrapartes.

Em 31 de Dezembro de 2013 o crédito e juros vencidos apresentam a seguinte decomposição por classe de incumprimento:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Crédito e juros vencidos:		
Créditos e juros vencidos a menos de 90 dias	140 000	61 954
Créditos vencidos entre 90 e 180 dias	27 871	-
Créditos vencidos entre 12 a 36 meses	67 000	2 420 599
Créditos vencidos a mais de 36 meses	2 900 600	603 600
Total	3 135 471	3 086 153

Risco de mercado

O risco de mercado provém da variação do preço de instrumentos que resulta de alterações em taxas de juro, taxas de câmbio, preço de acções ou preço de *commodities*.

Na actual estratégia de gestão do balanço do Banco, o activo que se encontra mais sujeito a alterações de mercado é a carteira de crédito titulado e de outros títulos (notas 7 e 10) que se encontra classificada quer como investimento detido até à maturidade quer como activos disponíveis para venda. A análise de risco destes instrumentos financeiros é efectuada na perspectiva do risco de crédito e não na perspectiva do risco de mercado, considerando que a tomada de posição nestes activos é efectuada numa óptica de investimento e não tem como objectivo a realização de mais-valias com venda antecipada.

Paralelamente, existe uma carteira de títulos de capital que representa uma parcela sem qualquer expressão relevante do total dos activos do Banco. Consequentemente o seu acompanhamento não necessita de desenvolvimento de um modelo de gestão de risco específico.

Risco de liquidez

Diariamente, são produzidos mapas com informação sobre os prazos residuais dos activos e passivos financeiros por moeda, calculando-se para cada intervalo de tempo, a diferença, em montante, entre *cash inflow* e *cash outflows* e o respectivo *gap* de liquidez, por período temporal e acumulado.

Com este conjunto de informação, torna-se possível identificar atempadamente alguns dos *gaps* de liquidez no sentido de planear a cobertura dinâmica dos mesmos, e por outro lado apurar os recursos financeiros disponíveis para serem aplicados.

Por outro lado, na estratégia de gestão de activos e passivos do balanço, o Banco mantém, actualmente, uma carteira significativa de activos líquidos ou liquidáveis a muito curto prazo, face à natureza e duração dos passivos, que facilita a gestão da liquidez para o período crítico de 1 a 30 dias. A política de gestão de risco de liquidez do Banco determina limites de posição de tesouraria em função do volume de recursos totais do Banco para vários prazos temporais.

Em 31 de Dezembro de 2013 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros são os seguintes:

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	43 018 443	-	-	-	43 018 443
Disponibilidades em outras instituições de crédito	81 078 689	-	-	-	81 078 689
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	-	-	-	2 662 393	2 662 393
Activos financeiros disponíveis para venda	598 217	-	5 276 543	3 089 915	8 964 675
Aplicações em instituições de crédito	583 523 018	2 034 009	-	1 087 666	586 644 693
Crédito a clientes	27 917 800	20 050 584	24 426 508	45 426 195	117 821 087
Investimentos detidos até à maturidade	12 871 996	-	1 705 307	-	14 577 303
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	948 469	948 469
	749 008 163	22 084 593	31 408 358	53 214 638	855 715 752
Passivo					
Recursos de bancos centrais	(355 556 489)	-	-	-	(355 556 489)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	-	-	-	(2 662 393)	(2 662 393)
Recursos de outras instituições de crédito	(333 423 745)	(32 629 976)	(2 100 000)	-	(368 153 721)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(52 842 881)	(14 684 094)	-	-	(67 526 975)
	(741 823 115)	(47 314 070)	(2 100 000)	(2 662 393)	(793 899 578)
Derivados e operações cambiais por liquidar (fluxo líquido)	2 102	(609 027)	-	-	(606 925)
Diferencial / Gap	7 187 150	(25 838 504)	29 308 358	50 552 245	61 209 249
Diferencial / GapAcumulado	7 187 150	(18 651 354)	10 657 004	61 209 249	

Em 31 de Dezembro de 2012 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros são os seguintes:

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	32 233 626	-	-	-	32 233 626
Disponibilidades em outras instituições de crédito	182 864 990	-	-	-	182 864 990
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	-	-	-	5 303 069	5 303 069
Activos financeiros disponíveis para venda	46 073	380 351	2 197 694	4 486 969	7 111 087
Aplicações em instituições de crédito	708 095 991	26 334 444	-	1 136 880	735 567 315
Crédito a clientes	17 316 795	23 256 000	53 918 418	18 483 729	112 974 942
Investimentos detidos até à maturidade	95 404 871	3 109 500	1 699 353	-	100 213 724
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	948 469	948 469
	1 035 962 346	53 080 295	57 815 465	30 359 116	1 177 217 222
Passivo					
Recursos de bancos centrais	(402 488 661)	-	-	-	(402 488 661)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	-	-	-	(5 303 069)	(5 303 069)
Recursos de outras instituições de crédito	(596 936 487)	(13 088 874)	(18 458 405)	-	(628 483 766)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(65 858 675)	(14 822 461)	-	-	(80 681 136)
	(1 065 283 823)	(27 911 335)	(18 458 405)	(5 303 069)	(1 116 956 632)
Derivados e operações cambiais por liquidar (fluxo líquido)	2 102	(609 027)	-	-	(606 925)
Diferencial / Gap	(29 319 375)	24 559 933	39 357 060	25 056 047	59 653 665
Diferencial / Gap Acumulado	(29 319 375)	(4 759 442)	34 597 618	59 653 665	

Risco cambial

Na actual política de gestão de risco cambial, são definidos limites de posição cambial, pelo que diariamente são acompanhadas as várias posições cambiais por moedas no balanço do Banco e o comportamento das respectivas divisas no mercado.

Considerando os limites de exposição definidos, as necessidades de liquidez por moeda, e o comportamento das várias divisas no mercado, as posições cambiais são cobertas economicamente, quer através de negociação no mercado cambial à vista, quer através da utilização de instrumentos financeiros derivados.

Em 31 de Dezembro de 2013, a decomposição por moeda dos instrumentos financeiros é a seguinte:

	Euros	USD	Outras	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	42 960 247	58 196	-	43 018 443
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 806 298	76 540 573	1 731 818	81 078 689
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	-	2 662 393	-	2 662 393
Activos financeiros disponíveis para venda	5 492 873	3 471 802	-	8 964 675
Aplicações em instituições de crédito	5 606 462	581 038 231	-	586 644 693
Crédito a clientes	56 413 160	61 407 927	-	117 821 087
Investimentos detidos até à maturidade	14 388 929	-	188 374	14 577 303
Investimentos em filiais e associadas	948 469	-	-	948 469
	128 616 438	725 179 122	1 920 192	855 715 752
Passivo				
Recursos de bancos centrais	(10 924)	(355 545 565)	-	(355 556 489)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	-	(2 662 393)	-	(2 662 393)
Recursos de outras instituições de crédito	(53 137 540)	(314 748 210)	(267 971)	(368 153 721)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(20 231 747)	(45 815 085)	(1 480 143)	(67 526 975)
Outros passivos	(825 875)	(722 216)	10 037	(1 538 054)
Reservas de reavaliação ao justo valor	(150 071)	95 431	-	(54 640)
	(74 356 157)	(719 398 038)	(1 738 077)	(795 492 272)
Operações cambiais spot por liquidar (valor líquido)	5 700 000	(5 687 697)	-	12 303
	5 700 000	(5 687 697)	-	12 303
Diferencial /Gap (Posição cambial em aberto)	N/A	93 387	182 115	275 502

Em 31 de Dezembro de 2012, a decomposição por moeda dos instrumentos financeiros é a seguinte:

	montantes expressos em Euros			
	Euros	USD	Outras	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	32 115 131	118 495	-	32 233 626
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 585 042	170 526 390	9 753 558	182 864 990
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	-	5 303 069	-	5 303 069
Activos financeiros disponíveis para venda	3 003 987	4 107 100	-	7 111 087
Aplicações em instituições de crédito	10 971 285	724 596 030	-	735 567 315
Crédito a clientes	47 635 569	65 339 373	-	112 974 942
Investimentos detidos até à maturidade	39 438 575	60 586 775	188 374	100 213 724
Investimentos em filiais e associadas	948 469	-	-	948 469
	136 698 058	1 030 577 232	9 941 932	1 177 217 222
Passivo				
Recursos de bancos centrais	(11 393)	(402 477 268)	-	(402 488 661)
Passivos financeiros detidos para negociação	(320 986)	-	-	(320 986)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	-	(5 303 069)	-	(5 303 069)
Recursos de outras instituições de crédito	(50 172 012)	(568 843 267)	(9 468 487)	(628 483 766)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(16 773 549)	(63 606 062)	(301 525)	(80 681 136)
Outros passivos	(997 452)	(1 483 296)	-	(2 480 748)
Reservas de reavaliação ao justo valor	379 130	(2 420 040)	-	(2 040 910)
	(67 896 262)	(1 044 133 002)	(9 770 012)	(1 121 799 276)
Operações cambiais spot por liquidar (valor líquido)	1 100 000	(1 098 949)	-	1 051
Derivados (nocial)				
Valor positivo	-	14 695 487	-	14 695 487
Valor negativo	(15 000 000)	-	-	(15 000 000)
	(13 900 000)	13 596 538	-	(303 462)
Diferencial /Gap (Posição cambial em aberto)	N/A	40 768	171 920	212 688

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro ocorre sempre que existe um desfasamento entre activos e passivos ou instrumentos financeiros registados fora do balanço sensíveis a variações dos níveis de taxa de juro. Para efeitos de monitorização, além da utilização da abordagem prudencial definida pelo Banco de Portugal na sua Instrução n.º 19/05, de 15 de Junho, o Banco desenvolveu um modelo de análise (abordagem interna) que efectua numa base mensal a medição de risco de taxa, através da aplicação dos factores de desconto aos *cash flows* líquidos diários (*gap / posição*), i.e. ao respectivo prazo residual (ou de *repricing*) específico, em vez de aplicá-los aos *gap* organizados por bandas temporais homogéneas mais dilatadas (abordagem Banco de Portugal), obtendo desta forma uma maior precisão no cálculo efectuado na variável.

Tal como pode ser evidenciado pelos mapas apresentados em seguida, a política de gestão deste risco definida pelo Banco através da definição de limites de exposição, não permite a existência de montantes significativos de operações de taxa fixa de médio e longo prazo. Adicionalmente, para estas situações são avaliadas as hipóteses de cobertura do risco de taxa de juro, através de instrumentos derivados, convertendo estas posições em taxa variável.

Em 31 de Dezembro de 2013 a análise de sensibilidade da margem financeira do Banco à subida paralela de 2,0% às taxas de juro de referência é a seguinte:

	31-Dez-13			
	Abordagem Banco de Portugal, Instrução n.º 19/05			Abordagem Interna
	Posição	Factor de Ponderação	Posição Ponderada	
à vista - 1 mês	12 599 088	1,92%	(241 902)	5 137
1 - 2 meses	(39 525 814)	1,75%	691 702	107 032
2 - 3 meses	14 954 564	1,58%	(236 282)	(35 315)
3 - 4 meses	32 931 810	1,42%	(467 632)	(181 413)
4 - 5 meses	12 805 845	1,25%	(160 073)	(103 622)
5 - 6 meses	11 363 788	1,08%	(122 729)	(101 083)
6 - 7 meses	791 741	0,92%	(7 284)	(15 227)
7 - 8 meses	-	0,75%	-	(257)
8 - 9 meses	(664 166)	0,58%	3 852	8 959
9 - 10 meses	(54 219)	0,42%	228	(288)
10 - 11 meses	(28 187 110)	0,25%	70 468	479 613
11 - 12 meses	(8 152 783)	0,08%	6 522	152 518
Total			(463 131)	316 054
Impacto na margem financeira			-6,1%	4,1%
Impacto na margem financeira 31-12-12			19,4%	-3,6%

Em 31 de Dezembro de 2013 a análise de sensibilidade dos Fundos Próprios do Banco à subida paralela de 2,0% às taxas de juro de referência é a seguinte:

	31-Dez-13			
	Abordagem Banco de Portugal, Instrução n.º 19/05			Abordagem Interna
	Posição	Factor de Ponderação	Posição Ponderada	
à vista - 1 mês	12 599 088	0,08%	(10 079)	5 137
1 - 3 meses	(24 571 250)	0,32%	78 628	71 717
3 - 6 meses	57 101 442	0,72%	(411 130)	(386 118)
6 - 12 meses	(36 266 536)	1,43%	518 611	625 318
1 - 2 anos	2 455 300	2,77%	(68 012)	(84 943)
2 - 3 anos	1 782 538	4,49%	(80 036)	(94 766)
3 - 4 anos	-	6,14%	-	(2 643)
4 - 5 anos	2 389 443	7,71%	(184 226)	(181 616)
Total			(156 244)	(47 914)
Impacto nos Fundos Próprios			-0,3%	-0,1%
Impacto nos Fundos Próprios 31-12-12			-1,4%	-1,3%

Justo Valor dos activos e passivos financeiros

O Banco não divulga a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor dos activos/passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, isto porque estes instrumentos financeiros não têm um mercado activo disponível e entendemos que as respectivas condições de preço (taxas de juro aplicadas) não diferem significativamente das taxas de mercado, bem como os instrumentos financeiros de maior maturidade encontram-se sujeitos a taxas de remuneração variável e os instrumentos de taxa de remuneração fixa apresentam maturidade inferior a 6 meses, logo o Valor Actualizado Líquido (técnica de valorização alternativa para apuramento do justos valor) corresponde, de uma forma geral, ao valor apresentado em balanço.

Apresentamos em seguida uma repartição de cada rubrica de todos activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor por tipo de método de valorização:

	31-Dez-13			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados				
Fundos de investimento (nota 6)	-	2 662 393	-	2 662 393
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 7)				
Instrumentos de capital	63 284	-	-	63 284
Instrumentos de dívida	5 803 063	-	-	5 803 063
Fundos de investimento	754 940	1 331 197	-	2 086 137
Total	6 621 287	3 993 590	-	10 614 877
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados				
Recursos financeiros obtidos estruturados (nota 6)	-	(2 662 393)	-	(2 662 393)
Total	-	(2 662 393)	-	(2 662 393)

	31-Dez-12			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados				
Fundos de investimento (nota 6)	-	5 303 069	-	5 303 069
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 7)				
Instrumentos de capital	55 749	-	-	55 749
Instrumentos de dívida	2 578 045	-	-	2 578 045
Fundos de investimento	755 603	2 651 534	-	3 407 137
Total	3 389 397	7 954 603	-	11 344 000
Passivos financeiros detidos para negociação				
Derivados (nota 5)	-	(320 986)	-	(320 986)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados				
Recursos financeiros obtidos estruturados (nota 6)	-	(5 303 069)	-	(5 303 069)
Total	-	(5 624 055)	-	(5 624 055)

Sendo que:

- Nível 1 - Os justos valores são determinados directamente por referência a cotações de preço publicadas num mercado activo, sendo as fontes de informação a *Bloomberg* e a *Reuters*;
- Nível 2 – Os justos valores são apurados utilizando para além dos *inputs* de informação do nível 1, métodos e técnicas de avaliação que têm subjacente cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas, ou ainda em alternativa com base em transacções recentes do instrumento financeiro em referência;
- Nível 3 – Os justos valores não são determinados com base em dados objectivos de mercado, tanto de uma forma global e directa, como de forma parcial. O Banco não tem instrumentos financeiros ao justo valor compreendidos neste nível.

Banco BAI Europa, S.A.
Relatórios e Pareceres dos Auditores
(ROC) e do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Banco BAI Europa, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para a atividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço e as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio, de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

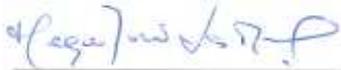
5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

28 de março de 2014

O Presidente do Conselho Fiscal



Henrique João Lucas Marçal

O Vogal



António Maria Veiga Anjos

O Vogal



José Augusto Viegas Severo



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do Banco BAI Europa, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de €858.703 milhares e um total de capital próprio de €62.105 milhares, incluindo um resultado líquido de €3.526 milhares), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adotadas pela União Europeia, com as exceções referidas nos Avisos n.º 1/2005, n.º 4/2005 e n.º 7/2008 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3.º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco BAI Europa, S.A em 31 de dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

28 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.